

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2019

Aos 25 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove pelas nove horas e trinta e quatro minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 5ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges, Anastácia Maria Escórcio Fins, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Carla Cristina Machado Gonçalves, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Décio Manuel Lourenço Santos, Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Francisco Luís Vieira Toste, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Luís Sanchez dos Santos, Lígia Maria do Couto Fagundes Gonçalves, Luísa Maria Vieira Aguiar, Marco Paulo Vieira Alves, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rui Manuel Pacheco Lopes, Salvador da Rocha Lopes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Agostinho Guilherme Aguiar Pires, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Filipe Jorge da Silva Almeida, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Rómulo de Ficher Correia, Sandra Maria de Sousa Garcia, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra, Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Marcos Duarte Machado do Couto, Paulo Alexandre Silva Lima, Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão anterior do dia 27 de setembro de 2019 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Munícipe Bento Barcelos (Prov. da Santa Casa da Misericórdia de A. H.) – Bom dia a todos. É com muito gosto que venho à Assembleia Municipal de Angra num misto de respeito e de saudade porque fui membro deste parlamento durante três mandatos e é com muito agrado que aqui venho recordar esses momentos.

Em primeiro lugar apresento uma justificação e depois um agradecimento. Como bem sabeis, todo o executivo camarário tem colaborado nesta cooperação financeira e institucional entre a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e a Câmara Municipal na qual o senhor presidente tem tido um papel fulcral. Da nossa parte existe também um enorme espírito de cooperação.

O ano passado as senhoras e os senhores membros desta Assembleia Municipal aprovaram uma dotação financeira superior a um milhão de euros para a reconstrução e recuperação da antiga igreja, do antigo convento das Concecionistas, também o antigo hospital da Misericórdia. Alguns de vós são muito novos, por isso não se recordam do funcionamento do hospital da Misericórdia na Rua da Guarita, mas eu recordo-me, até porque nasci lá. Aquele hospital foi sendo desativado entre 1961 e 1965, o tempo necessário para a transferência dos serviços para o novo hospital público.

A dotação era suficiente para o concurso público desta obra, um projeto complexo de um edifício situado na zona classificada de Angra que obedece a critérios rigorosos do seu enquadramento arquitetónico dada a sua estrutura conventual. O concurso público da obra foi lançado em junho passado e teve vários candidatos e após uma primeira adjudicação, houve alguma litigância porque todos pretendiam ganhar a obra, o que originou alguma demora porque foi preciso recorrer a dois pareceres jurídicos. A adjudicação está feita mas ainda não temos a obra consignada e por essa razão não houve execução material nem orçamental para este ano de 2019 mas espero que esta dotação transite para o próximo ano e o processo seja apresentado ao Tribunal de Contas para que possamos iniciar a obra em fevereiro ou março.

Este imóvel foi danificado pelo sismo de 1980, está em ruínas há 40 anos que se completam no próximo dia 1 de janeiro, e será uma altura de enorme regozijo poder agora reconstruí-lo, o que não foi possível antes por vicissitudes várias.

Independentemente de se tratar de um imóvel onde funcionou um hospital durante cerca de trinta anos que está situado na zona classificada de interesse para a nossa cidade, porque é do interesse de todos reerguer a sua malha urbana, há toda a razão para esta cooperação financeira e institucional entre a Câmara Municipal e a Santa Casa e vice-versa, por serem as duas instituições mais antigas do nosso concelho que foi criado pela Infanta D. Beatriz entre 1478 e 1480. Em 1492 é criada a Irmandade de Santo Espírito como ainda hoje marca a toponímia: «Rua de Santo Espírito». Em 1495 foi fundado o hospital da Irmandade de Santo Espírito, a Misericórdia foi fundada três anos depois e em 1534 Angra é elevada a cidade.

Mediante este enquadramento histórico percebemos bem que estas são as duas instituições mais antigas da ilha e com maior peso no nosso concelho com poderes diferentes que se interligam; uma, um poder político, a outra, um poder de âmbito social e solidário com um papel fundamental por ter um hospital ao serviço da comunidade. Estamos a falar trinta anos após o início do povoamento em que a organização era ainda pouco definida mas estas duas instituições eram os pilares motores para o desenvolvimento deste concelho, daí toda a pertinência política e institucional para esta relação estreita entre o executivo camarário e a

Assembleia Municipal, os dois órgãos do poder próprio do município e a Santa Casa da Misericórdia.

Estas duas entidades são estrategicamente parceiras. Sempre que o solicitarem, a Câmara Municipal e esta Assembleia podem contar com toda a cooperação por parte da Santa Casa da Misericórdia porque estas duas entidades, os pilares mais antigos da nossa comunidade, estão ao serviço da mesma causa, ao serviço do povo.

Por apelo de uma madre conventual, o convento foi fundado em 1608 por bula do papa Paulo V e ali funcionou até à extinção das diferentes ordens e conventos. Em 1832 na regência de D. Pedro IV aqui em Angra, foi doado à Santa Casa da Misericórdia para ser a sede do hospital, uma vez que já se tornava muito confinado o espaço do antigo hospital na Rua de Santo Espírito, um pouco mais acima do atual edifício da GNR e da Polícia Judiciária. Faz todo o sentido que esse património histórico edificado seja colocado ao serviço das grandes causas sociais e solidárias que também resolvemos.

Senhor presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, senhor presidente da Câmara e senhores membros do executivo e deste parlamento; a minha vinda aqui hoje prende-se com a justificação da não execução material, financeira e orçamental da dotação que foi proposta pela Câmara e aprovada por este parlamento ao longo de 2019. Peço desculpas por me ter alongado e aproveito para desejar a todos vós um feliz Natal e muita sorte e saúde no próximo ano.

Sr. presidente da Mesa – Muito obrigado. Em meu nome e em nome dos membros desta Assembleia, retribuo a V. Exa. e à sua instituição os votos de bom Natal e de um feliz ano novo.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara e Exma. vereação, senhoras e senhores deputados. Não poderia deixar passar dois factos incontornáveis desde que nos reunimos aqui pela última vez. Refiro-me às vicissitudes a respeito da visita do Governo Regional à ilha Terceira e aos estragos causados pela passagem de mais uma intempérie, o furacão Lourenço que, embora não tão graves como em outras ilhas, tiveram grande impacto nas costas sul e sudoeste da nossa ilha.

O Governo Regional fez por alto uma avaliação de cerca de 300 milhões de euros aos estragos causados em todas as ilhas, mesmo naquelas onde não houve vento. O Governo da República terá assumido o compromisso de financiar 280 milhões mas vamos ver se, um não finge que dá e o outro não finge que recebe. Gostaria de saber qual a contabilização de estragos causados no concelho de Angra, quais as preocupações da autarquia em conjunto com o Governo Regional e que fatia desse saneamento financeiro regional nos caberá para que, já que é Natal, possamos ter também a nossa parte dessa prenda no sapatinho. Sabemos que, muitas vezes, as intempéries são oportunidades, sobretudo quando se abrem linhas de financiamento apetecíveis para que se possa investir ou sanear.

A segunda questão que coloco ao senhor presidente da Câmara tem a ver com a visita do Governo e com um episódio verdadeiramente caricato que aconteceu na reunião com o, quase defunto Conselho de Ilha, que não esteve presente na dita reunião a não ser pelos deputados regionais que não estiveram presentes na reunião em que se discutiram as questões orçamentais porque o Conselho de Ilha reuniu numa altura em que estávamos na Horta.

Fruto do infortúnio, a senhora Secretária Regional das Obras Públicas que tem a seu cargo um conjunto de investimentos que tardam em realizar-se na ilha Terceira e fazem parte de

sucessivos memorandos desta casa e do Conselho de Ilha, cometeu uma gafe ao ler e responder nessa reunião a um outro memorando diferente que terá sido escrito e proposto pelo presidente da Câmara Municipal de Angra e talvez fosse até mais exigente do que o memorando do Conselho de Ilha. O episódio levou a que o presidente e o vice-presidente do Governo ordenassem de imediato ao assessor de imprensa que se levantasse e fosse a correr trocar os papéis à senhora Secretária que, coitada, estava manifestamente fatigada porque tinha vindo do velório do sogro e cometeu aquela gafe que nos permitiu saber que V. Exa. - e bem - tinha também um memorando, ao que parece, pela exigência do caso e preocupação do Governo Regional.

Senhor presidente, tendo em conta que não vale a pena perguntar-lhe pela obra do Porto das Pipas porque a gente passa por lá e vê que aquilo está bonito mas igual, pergunto-lhe que memorando é esse, quais as exigências e compromissos, e o que vai acontecer a seguir visto que essa mesma Secretária inaugura um muro de suporte de uma parede que caiu nas Quatro Ribeiras e o tracejado da estrada para os Biscoitos - cuja camada de tinta foi tão fina que já se veem as rachas e a união do asfalto - e vem também lançar a primeira pedra de um parque de estacionamento que vai servir a Silveira, primeiro contemplaria 200 lugares, depois passou para 100 e afinal terá apenas 70.

Gostaria que me confirmasse esse *downsizing* do parque de estacionamento e quais as exigências e imposições que esta Câmara - com a força que deve ter - apresentou ao Governo Regional para que esta ilha cresça mais um bocadinho. Temos andado aqui unidos em torno de um conjunto de prioridades que afetam a nossa ilha mas é preciso que os amigos cor-de-rosa do outro lado digam que sim, passem os cheques e façam as obras.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente, senhores membros da Assembleia e da Câmara. Em resposta à sua questão relacionada com o furacão Lurenzo, foi feito um levantamento dos estragos que aconteceram em infraestruturas municipais essencialmente ao longo da costa sul. Começando de oeste para leste, tivemos alguns estragos na zona balnear das Cinco Ribeiras, outros de alguma monta em S. Mateus onde o mar galgou aquela zona do Biscoitinho, destruiu um muro e veio pôr a nu um conjunto grande de fragilidades que urge corrigir.

Nesta altura o Porto de S. Mateus possui um número muito elevado de embarcações e sempre que é necessário colocá-las em terra, o espaço de estacionamento tem que envolver aquela zona que não se encontra suficientemente protegida, o que fez com que as embarcações estivessem em risco durante o período de maior ondulação. Diria que aquela é uma das zonas com estragos mais elevados e é preciso fazer ali uma correção importante para que aquilo não volte a acontecer. Há alguns danos na cabeça do molhe do porto de S. Mateus mas essa é uma questão regional e a sua avaliação foi feita pela Secretaria das Pescas.

Passando aqui para este lado, a boa notícia é que a obra do Fanal foi severamente testada e resistiu e as coisas correram melhor do que se previa dado o estado da obra naquele lado. Foram rapidamente corrigidas pequenas situações e não houve grandes danos a assinalar. Este teste foi bom, aconteceu na altura certa e permitiu testar as condições da obra.

Houve alguns danos no Porto das Pipas que é da responsabilidade da administração regional. Continuando para este lado, tivemos danos significativos na Fajã do Fischer onde existe um paredão que é preciso refazer num investimento que rondará os 100 mil euros e houve também danos algo significativos no Porto Judeu onde é necessário reconstruir um muro que vem quase do nível do mar. O furacão provocou alguns danos pouco significativos mais adiante na baía mas afetou mais gravemente o parque de campismo de S. Sebastião. Segundo a estimativa que fazemos, tudo isto soma cerca de 400 mil euros em prejuízos em infraestruturas da responsabilidade municipal.

A visita do Governo Regional, quanto a mim foi bastante produtiva porque permitiu fazer uma análise de um conjunto de situações que estavam pendentes e resolver algumas delas e do ponto de vista do município as coisas correram manifestamente bem.

O memorando que referiu é da Câmara e não do seu presidente, foi visto pelos senhores vereadores de todos os partidos e debatido entre nós; foi apresentado ao Governo Regional como é costume fazer-se periodicamente e está no âmbito da relação de colaboração entre ambas as partes. Os assuntos são mais ou menos os mesmos que constam do memorando que foi aprovado pelo Conselho de Ilha onde foi apresentada uma versão. O Conselho lá selecionou o que entendeu como sendo do âmbito da ilha e ficaram de fora as questões concelhias que foram atempadamente respondidas. É comum manter-se este tipo de contactos periódicos entre o município de Angra e o Governo Regional em que se analisam os dossiês comuns e se faz uma revisão do que está feito ou falta fazer.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal. Como estamos em dia de discussão do Plano e Orçamento, começo por um assunto relacionado com a promoção que nos é feita relativamente à nossa classificação como cidade património mundial. Chegou-me ao conhecimento que uma estação de televisão nacional em conjunto com uma empresa especializada organiza corridas e meias maratonas ligadas ao património mundial nas quais a nossa cidade não se encontra incluída, por isso pergunto se houve alguma tentativa por parte da Câmara Municipal em abordar essa organização para que esta situação possa ser esclarecida.

Um segundo assunto tem a ver com o surgimento cada vez mais frequente de soluções de redes ou cestos para recolha de resíduos nos bueiros das águas fluviais para evitar que os de maiores dimensões, como as garrafas e os plásticos, vão parar ao mar. Penso que o assunto foi aqui falado há uns anos na esteira da discussão em torno de resíduos que eventualmente estariam a aparecer na Prainha. Como a Câmara procede já à limpeza dos sistemas de escoamento, penso que a recolha dos entulhos retidos nos ditos cestos seria ainda mais fácil e benéfico para o ambiente sem qualquer acréscimo de trabalhos para os serviços, tornando-os ainda mais produtivos.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhores membros da Assembleia. De facto, conhecemos o evento referido pelo senhor deputado, o «EDP Running Wonders». Há cerca de dois anos houve uma primeira abordagem nesse sentido mas o orçamento que nos foi apresentado na altura para um evento que se esgotava em apenas dois ou três dias, daria para cerca de 150 mil euros de investimento municipal. Mesmo assim, após alguns contactos com o Governo Regional para a obtenção de apoios, foi-nos demonstrada alguma abertura, o que nos levou a solicitar à ART uma nova proposta de orçamento para podermos remeter ao GR a respetiva candidatura e tudo dependerá do financiamento porque se trata de um evento muito caro.

Sr. presidente da Câmara – Posso informar que essa matéria dos sacos foi já vista por nós mas detetámos algumas dificuldades porque a maior parte dos nossos bueiros desagua ao nível do mar, nalguns casos até mesmo abaixo. Os mais importantes da zona da cidade e que têm gerado alguma discussão são aquelas tampas que todos conhecemos na curva do molhe da marina que ficam abaixo do nível do mar. A instalação desses sacos é manifestamente difícil e, além disso, a maior parte do lixo vai parar ao mar pelas ribeiras e tem-se vindo a trabalhar na criação de baías de retenção que, em parte, também resolvem esses problemas.

Felizmente, temos uma cidade limpa e raramente vemos resíduos arrastados pelas vias à exceção das beatas e outros objetos de pequena dimensão, algo que esses sacos também não

resolveriam, e faz mais sentido continuarmos a investir e a trabalhar nas bacias de retenção nas ribeiras nas zonas mais urbanas.

A maioria dos resíduos que vêm parar à nossa costa não são açorianos; basta olhar para os materiais para vermos que a maior parte são plásticos e outros materiais flutuantes com origem nas Caraíbas que fazem longos percursos oceânicos e são a manifestação de um problema bem maior e mais grave. Felizmente, somos contribuintes muito modestos no contexto global das coisas já que a quantidade de plásticos e outros materiais que são arrastados a partir do nosso território é diminuta face àquilo que circula nesta zona do Atlântico. Vamos continuar a trabalhar nesta matéria que merece toda a nossa atenção e tentar reduzir ainda mais a afluência de materiais ao mar.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Senhor presidente da Câmara, como o senhor tem mantido a sua posição e eu mantenho a minha, temos tido um conjunto de discordâncias acerca da forma como devem ser tratadas, mais ou menos publicamente, as questões e as eventuais divergências entre as preocupações do executivo camarário que V. Exa dirige e a atuação do Governo Regional na ilha e no nosso concelho.

Já o questioneei acerca de questões de competência regional situadas neste concelho e entendo que o presidente da Câmara, como autoridade máxima do concelho e poder de proximidade eleito pelos cidadãos, tem que se preocupar e pronunciar, prestando-nos algumas contas acerca das garantias e compromissos por parte da tutela regional com incidência neste concelho. Percebo e não ponho em causa a preocupação por parte de V. Exa em colocar questões e fazer o seu trabalho nos bastidores mas, conhecendo esta governação que já vai para 24 anos, aquilo que não sai nas notícias não merece ação por parte deste governo que reage um bocadinho ao sabor dos efeitos mediáticos e do impacto público das suas decisões ou a falta delas. Um presidente de Câmara que faz uma declaração, uma denúncia ou apresenta uma queixa pública é muito diferente daquele que não o faz, age apenas nos bastidores e deixa toda a gente na calma e no secretismo dos gabinetes.

A Câmara tem o dever de cuidar de todas as questões que dizem respeito ao licenciamento neste concelho e a obrigação de se preocupar com os necessários equilíbrios à escala regional, tendo em conta a dimensão deste concelho e a sua importância económica e social.

Repetindo um termo já por mim utilizado noutras sessões desta Assembleia, a ilha Terceira e o concelho de Angra têm sido «comidos» pela governação regional em termos de prioridades de investimentos, sabendo que já foi metido na lista de estragos do furacão Lourenço um conjunto de danos em portos e orlas costeiras do grupo oriental que não aconteceram porque a ventania não passou lá. V. Exa. acabou de quantificar em cerca de 400 mil euros os estragos causados no nosso município. Não devemos inventar estragos que não existem mas, já que é para sanear as contas dos estragos de todas as outras coisas da região, devemos pôr o dedo no ar dizendo que também estamos aqui e somos importantes.

Gostaria que o senhor presidente nos tivesse dito - mas não disse - quais os compromissos assumidos pelo Governo Regional para com este concelho, que os quantificasse em milhões de euros, o que demonstra a maior ou menor dimensão do investimento e da preocupação regional e quando, porque o «quando» é importante visto que os compromissos do GR para com a ilha Terceira e o concelho de Angra têm mais de dez anos.

Se olharmos para o que acontece noutras paragens, quando há demora na concretização o projeto aumenta, enquanto aqui demora e fica mais pequenino. Não devemos comparar-nos com quem quer que seja mas devemos estar atentos. Quando um projeto se atrasa na ilha de S. Miguel e no concelho de Ponta Delgada significa que será atualizado, aumentado e melhorado, enquanto na ilha Terceira um parque de estacionamento é reduzido de 200 para 70 lugares. Isto

preocupa-nos, há obras que merecem a cooperação com esta autarquia e gostaria que o senhor presidente as concretizasse.

Todos acompanhámos as notícias das intempéries e percebemos que foi criado na ilha das Flores - e muito bem - um regime legal especial prevendo o ajuste direto e a aceleração dos processos em termos administrativos para que as obras comecem o quanto antes. Pois bem, aqui na zona oeste da ilha tivemos um conjunto de estragos nas ribeiras, nas pontes e nos acessos a habitações, os processos não avançam por via dos procedimentos administrativos e as nossas freguesias continuam com limitações às acessibilidades porque não se podem fazer as obras.

Tendo consciência das limitações existentes ao nível da disponibilidade de empreiteiros neste concelho, não sei se não se terá eventualmente ido longe demais no desmantelamento das capacidades de resposta próprias deste município ao nível da maquinaria e dos recursos humanos para que a Câmara, com meios próprios, pudesse acudir a estas situações mais rapidamente. Há ajustamentos feitos de acordo com as circunstâncias, numas vezes é preciso reduzir mas noutras é necessário crescer. Todos apoiámos a necessidade de reduzir as capacidades e competências camarárias por estarem subutilizadas mas agora, por falta de resposta do nosso tecido económico, talvez as mesmas devam ser reforçadas para que a Câmara não fique refém das disponibilidades do mercado em situações de emergência.

Sr. presidente da Câmara – Quanto ao relacionamento entre a Câmara Municipal e o Governo Regional e de acordo com a minha postura resultante da experiência que tenho deste e do outro lado desta relação, creio que a forma mais frutuosa e que mais resultados produz, é a que tem sido mantida através de um contacto estreito e um contrato firme sem a necessidade de vir à praça pública. Desde que esta equipa camarária se candidatou, de todas as obras previstas pelo Governo Regional, apenas uma ainda não está pronta, que é o Porto das Pipas, e nada aconteceu por acaso, senhor deputado...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Obras que já vinham desde há dez anos.

Sr. presidente da Câmara – Pois, quem aqui esteve não conseguiu mas agora conseguiu-se que as obras fossem feitas; é essa a diferença que lhe quero apontar. Posso dizer-lhe também que o processo referente ao Porto das Pipas está a decorrer com toda a normalidade, foram admitidos os concorrentes, espero em breve a apresentação do resultado do concurso público e um empreiteiro para começar a obra. As coisas estão a decorrer com celeridade e de forma satisfatória com os prazos a serem cumpridos para que uma obra daquela dimensão chegue a bom termo. Todas as questões que foram pedidas em anos anteriores foram incluídas no plano da região.

Voltando à questão dos financiamentos, como somos parte do problema, devemos fazer também parte da solução e espero que algum do dinheiro que a autarquia terá que investir na recuperação destes estragos seja cofinanciado, à semelhança do que acontecerá noutros municípios. Esperemos que as duas grandes infraestruturas do Governo Regional situadas no concelho de Angra que sofreram danos significativos, o Porto das Pipas e o Porto de S. Mateus, sejam incluídas nas questões há pouco referidas pelo senhor deputado.

Até agora e conforme demonstram os resultados, tem sido satisfatória a relação entre a Câmara Municipal e o Governo Regional no que respeita àquilo que ambos entendem que deve ser feito de um lado e do outro. Lembro que, há quatro ou cinco anos, o ex-edifício da universidade, o antigo hospital militar da Terra Chã, era um problema gravíssimo no concelho, foi lá feito um grande investimento e não creio que isso tenha acontecido por acaso. O parque de exposições não existia e agora tem uma dimensão que nem lhe conseguimos dar uso. Não vale a pena dizer que encolheu porque não encolheu. Assim como muitos dos que aqui estão, acompanhei o

processo e sabemos o que aconteceu. Não dependo das declarações de ninguém porque estive sentado nos sítios onde este assunto foi discutido.

Não posso responder pelos dez anos, apenas pelos seis desde que aqui estou. Enquanto estive do outro lado, resolvi assuntos bem complexos que produziram muito bons resultados no dia de hoje. É um percurso do qual muito me orgulho e não vale a pena entrar por aí porque esse não é o caminho certo.

Mais uma vez lhe digo, senhor deputado, que as coisas estão a ser bem feitas, este é um relacionamento firme e adequado que deve ser mantido entre duas instituições com a legitimidade da eleição do povo e é nesse contexto que ambas se relacionam. No dia em que seja preciso dizer algo em público - como já aconteceu - cá estarei para o fazer porque isso não me causará qualquer problema. Pode contar comigo para dizer o que venha a ser preciso se as necessidades do concelho assim o obrigarem.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Muito bom dia a todos, senhor presidente da Assembleia, caro executivo e colegas de bancada. Queremos pedir um balanço acerca da promoção do emprego e do trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos anos - e bem - pela Startup de Angra. Pedimos ainda a confirmação da manutenção ou da possível saída do diretor executivo, que balanço a Câmara faz desta Startup e que dinâmica lhe pretende incutir.

Sr. vereador Guido Teles – A Startup foi criada em julho de 2017 e o balanço do que tem sido feito até ao momento é francamente positivo com excelentes resultados apesar do pouco tempo de funcionamento destas realidades do empreendedorismo e da dinamização de um ecossistema que não existia. A Startup neste momento está ligada a cerca de 50 projetos, alguns fisicamente, outros através de uma incubação virtual.

Na sequência do que foi proposto desde o início, foi feito um trabalho para lançamento e dinamização desse ecossistema por parte do seu diretor executivo que termina o contrato em dezembro deste ano. Foi-lhe proposta uma renovação mas, tendo em conta a experiência que entretanto ganhou, o diretor da Startup decidiu seguir outro rumo, criar uma empresa própria e prestar serviços de uma forma um pouco mais independente.

A Startup continuará em funcionamento continuando o trabalho que lhe tem sido reconhecido a nível regional e nacional. Hoje ao fim do dia tenho uma reunião marcada com o Fábio Santos que esteve a dirigir a Startup até agora para analisarmos a possibilidade de ele continuar a prestar o seu contributo à incubadora mas de forma diferente do que tem acontecido até agora, ou seja, não estará a tempo inteiro e poderá prestar alguns serviços à Câmara Municipal se assim o entendermos. O seu percurso tem sido extremamente importante, atingindo os resultados pretendidos.

Pouco tempo após o surgimento desta infraestrutura ao serviço do emprego e do empreendedorismo passámos a ter no nosso concelho um ecossistema bastante interessante e surgiu também o parque de ciência e tecnologia que, fruto do trabalho desenvolvido pela Startup Angra, está hoje praticamente lotado de projetos, alguns reconhecidos a nível nacional e internacional. Este é um projeto que nos orgulha e possui todas as condições para continuar a dar frutos, os nossos jovens têm demonstrado que o nosso concelho tem um enorme potencial e da nossa parte há todo o interesse em continuar a desenvolver este trabalho.

Sra. d. m. Brites Cunha – Muito bom dia senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados. Tendo em conta os números miseráveis que representam o turismo na ilha Terceira que está em queda evidente, sabendo que não podemos contar com o Governo Regional para melhores estratégias de promoção, não me parece que essa justificação dos 150 mil euros seja um peso assim tão grande e satisfaça as nossas necessidades. Este evento por acaso até me parece bastante proveitoso mas penso que a Câmara Municipal deve ser mais proativa nesta matéria e apresentar alternativas para uma

melhor promoção do nosso turismo sem necessitar deste tipo de eventos. Temos que cuidar do nosso futuro e pensar seriamente noutras alternativas para promoção do nosso turismo que está pelas ruas da amargura porque o Governo Regional não quer saber da ilha Terceira.

Sr. vereador Guido Teles – Não se pode dizer que o Governo Regional não esteja preocupado em resolver os problemas do nosso concelho ao nível turístico porque sabemos que, o que afetou os números do turismo, foi a queda da ligação aérea com Madrid que nos garantia uma dinâmica, especialmente na época baixa. Entretanto já se reiniciou a operação de época baixa com Boston e teremos a partir do início do mês de dezembro a operação com Toronto que também apresenta uma boa lotação. Não ficámos satisfeitos nem tivemos problemas em afirmá-lo veementemente quando caiu a ligação aérea com Madrid mas continuamos a tentar soluções para voltarmos aos números que a Terceira merece em termos turísticos.

Volto a lembrar que continuamos interessados e ainda não desistimos do evento em causa mas a nossa forma de gestão não vai propriamente no sentido de se investir 150 mil euros num evento de uma entidade externa que acaba por se esgotar num dia ou dois e se revela manifestamente desproporcional. Avançaremos sim mas com financiamento do Governo Regional porque a visibilidade deste evento num só dia na TVI poderá ser conseguida de outras formas. No ano que vem teremos no concelho a primeira prova de *trail* que vai abranger alguns espaços da ilha numa pareceria entre ambos os municípios, a associação de atletismo e uma série de entidades que decidiram juntar-se no mesmo objetivo. Parece-me que a prova terá muito sucesso porque se diferencia de outras que decorrem no arquipélago e a verdade é que as provas de *trail* ocorridas nos Açores têm demonstrado grande capacidade de atração de participantes e apresentado os mesmos resultados sem a necessidade de investimentos dessa monta.

No próximo ano teremos ainda mais duas provas desportivas que estão neste momento a ser preparadas, uma delas de âmbito nacional, outra mais internacional, com o objetivo de trazeremos cá muita gente; estamos ainda a preparar tudo e em breve falaremos um pouco mais sobre isso. Estamos também a fazer um esforço de promoção, sobretudo na vertente *online* para o ano 2020, tentando encontrar uma boa solução para a promoção de Angra ao nível do marketing digital onde se verifica uma grande procura e movimentação do mercado dos transportes aéreos e do turismo, exceto nos casos respeitantes a operações com uma forma específica de venda de bilhetes que nos mantém os números estáveis durante o ano. A Ryanair e todas as transportadoras que atuam no mercado menos programado são uma das formas mais adequadas para fazermos esse tipo de promoção e estamos a trabalhar nesse sentido. Propusemos ainda vários eventos ao Governo Regional e estamos a aguardar respostas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Em primeiro lugar, senhor presidente, confirme-me só que não chegou a dizer se é ou não verdade que o parque de estacionamento da Silveira estava inicialmente pensado para duzentos lugares, passou para cem e terá apenas setenta.

Uma segunda questão tem a ver com a participação de V. Exa. como presidente da Câmara e anteriormente como secretário regional da tutela nas questões relacionadas com a orla costeira e ordenamento do território porque a transposição do PROTA e daquilo que foi o documento aprovado na região autónoma dos Açores tem suscitado algum mediatismo e controvérsia em relação às leis da república, o que nos traz muita preocupação porque afeta as acessibilidades portuárias à ilha Terceira, mesmo que a infraestrutura em causa não esteja sediada neste concelho e da qual dependem intrinsecamente as empresas e a economia do concelho de Angra. Estou a falar objetivamente do porto da Praia da Vitória e da sua importância como porta de entrada e de saída através da navegação marítima e todas as questões inerentes ao ordenamento de orla costeira que não se conseguem acudir num cenário de alterações climáticas cada vez mais profundas sem uma estratégia definida e clara.

Sei que V. Exa., como governante, encontrou as mais diversas dificuldades na elaboração e aprovação de tão importante documento. Se na altura nos queixávamos do conteúdo do texto pelo facto de não estar a ser corretamente aplicado na ilha Terceira e neste concelho, vemos com crescente preocupação que, aquilo que atualmente está escrito na documentação e legislação nacional, aparentemente ainda se afasta mais das intenções do documento inicial e das preocupações da ilha Terceira nos dias de hoje.

Sei que o senhor sabe que já conheço a resposta a muitas das questões que lhe coloco mas aqui ficam em ata e são tornadas públicas e gostaria de ouvir mais uma declaração sua para que fique em ata.

Sr. presidente da Câmara – O que está a ser construído no parque de estacionamento da Silveira corresponde a uma primeira fase do que achamos que deve ser feito e vamos ver como a procura evolui. O projeto prevê o alargamento até um pouco mais de duzentas viaturas e se encher no próximo verão, cá estarei para dizer que é preciso construir um segundo patamar.

Quanto a mim, não se trata apenas de mais um parque de estacionamento. O que é mais importante nesta altura é a criação de uma segunda acessibilidade à universidade dos Açores que permite conjugar os dois parques de estacionamento - porque existe um ali atrás que está subutilizado - e a criação de um terminal para a linha do mini bus que agora termina de forma inopinada na Silveira no meio de nada e passará assim a ter um *terminus* ligado a um parque de estacionamento para permitir a largada da viatura e o deslocamento no mini bus até ao centro da cidade. Teremos ali o que agora no jargão se chama de um «park & ride», o equivalente àquilo que já existe no lado leste da cidade com o parque de estacionamento da praça de touros. Os terrenos lá estão disponíveis na posse do Governo Regional e o parque será prolongado tanto quanto for necessário. Fica aqui o meu compromisso de que, se for caso disso, esta matéria não ficará esquecida nos memorandos futuros.

Quanto à segunda questão colocada pelo senhor deputado, o assunto é bem mais importante, complexo e difícil de resolver por se tratar de uma matéria de natureza estrutural que tem a ver com o futuro destas ilhas, em particular com a maneira como a Terceira se posiciona no contexto regional e nacional.

Estes planos são apenas um conjunto de orientações de natureza política que depois podem ter ou não ter execução consoante o decorrer do processo político seguinte. Os planos são isso mesmo, uma coleção de intenções mas, a respeito das intenções que ficaram plasmadas com muito esforço da minha parte e de outras pessoas que me acompanharam no processo, no PROTA ficou expressa a possibilidade da criação de uma plataforma logística na Praia da Vitória que pretendia tirar partido da existência de um porto e de um aeroporto subutilizados e juntos um ao outro. Essa é uma das matérias mais importantes que o plano contempla e não foi fácil de consensualizar, teve a oposição de várias ilhas e dos seus representantes por considerarem que isso seria o princípio do fim do mecanismo dos cinco toques, da circulação do navio direto do continente por algumas das ilhas; de facto é e deveria ser assumido como isso. O que está a acontecer neste momento com o abastecimento às Flores, poderia e deveria ser demonstrado que é possível fazer um abastecimento com qualidade, celeridade e melhor serviço sem que seja preciso fazer circular pelas ilhas todas um navio vindo do exterior; é essa a questão essencial por detrás disso. Se o resultado não for bom, será mais um passo dado atrás em relação às nossas pretensões.

Creio que o PROTA está equilibrado no que diz respeito à acessibilidade aérea e marítima. Estamos a falar de instrumentos independentes e, infelizmente, o que consta do plano equivalente a nível nacional não é aquilo que eu e muitos de nós gostaríamos de ver lá plasmado. Talvez por distração nossa, essa matéria passou um bocadinho ao lado do debate e só me apercebi do que lá estava escrito quando o vi publicado no Diário da República; nem sequer me apercebi que tinha havido uma discussão em torno da matéria e creio que, muitos

dos que aqui estão presentes, terão passado pela mesma situação. Tomei conhecimento do conteúdo do documento porque costumo ler o Diário da República e tive a curiosidade de ver o que lá estava. Tem o valor que tem, é um conjunto de intenções que servem para isso mesmo como serviram as anteriores porque, mais de metade das coisas que lá estavam, não chegaram a lado nenhum.

No caso da ilha Terceira temos que olhar com atenção para estes documentos e tenho visto algumas posições sobre o assunto que merecem o meu apoio, incluindo algumas oriundas da vereação desta Câmara. Estas matérias devem ser debatidas mas, no que respeita ao plano nacional, é tarde demais porque está em vigor, não dita nada, apenas orienta e será revisto um dia destes.

Temos que continuar esta luta porque se trata de uma matéria essencial para o futuro da ilha e precisamos de garantir que a Terceira seja uma porta de entrada e de saída pelas vias aérea e marítima. Isso só será conseguido se for gerado o consenso e a união de todas as forças políticas em torno deste projeto da plataforma logística da Praia da Vitória o que, felizmente, até agora tem acontecido. Esperemos que assim continue e podem contar comigo e com a Câmara de Angra como parceiros empenhados.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Deixo ao senhor vereador Guido Teles uma palavra de reconhecimento e devo dizer que estamos em concordância com o balanço feito pelo grupo municipal relativamente ao trabalho da Startup. Tivemos conhecimento de que, muito recentemente, dois jovens que contaram com o apoio desta incubadora, foram reconhecidos pela «Portugal Ventures», tendo-lhes sido atribuído um valor significativo de 800 mil euros para três projetos.

A equipa da Startup está de parabéns por ser um espaço diferenciador no contexto açoriano e nacional com reconhecimentos muito importantes por parte de quem trabalha nestas áreas como a «Tourism explorer» e outras empresas ligadas à promoção das novas empresas. Tem sido feito um excelente trabalho no apoio ao emprego jovem e à orientação e acolhimento de muitos jovens licenciados cujas ideias são exploradas e é-lhes atribuído o devido valor. Reconhecemos e congratulamo-nos com este trabalho e damos os parabéns a toda a equipa.

Queremos também deixar um reconhecimento ao diretor executivo Fábio Santos pela sua capacidade na liderança deste projeto e pelo seu talento especial para capacitar e dar valor a ideias, por vezes extraordinárias e arrojadas por parte de alguns jovens. Esperamos que a equipa da Startup continue com o mesmo vigor e sucesso que tem conseguido até agora. Parabéns a todos.

Queremos ainda deixar aqui uma nota relativamente ao assunto do turismo e é nossa preocupação que este elemento diferenciador de Angra enquanto cidade património mundial se venha a reforçar dentro do cartaz turístico dos Açores porque estes números despertam-nos muita atenção, especialmente a descida relativamente a outubro de 2019 e ao mês homólogo de 2018.

É necessário que todos os agentes façam a sua parte. O Governo Regional tem feito um enorme investimento a esse nível com promoções nas campanhas aéreas para a Terceira, reclamou-se a Ryanair, temos cá a Ryanair e devemos continuar a analisar o que podemos fazer para melhorar para que os turistas que chegam à Terceira queiram voltar e cativar outros para que cá venham, daí a importância da promoção turística, o envolvimento e o trabalho articulado entre todos os parceiros desde o Governo Regional, a autarquia e todos os agentes locais. Penso que tem sido feito um enorme trabalho sobretudo ao nível da qualificação dos alojamentos e dos profissionais para este setor. É importante reforçar o trabalho da promoção e da valorização da cidade dando-lhe um espaço especial dentro do contexto turístico da ilha e da região.

Sr. presidente da Câmara – Em meu nome e em nome da Câmara Municipal, gostaria também de louvar o trabalho feito pelo diretor executivo da Startup Angra que foi o criador da estrutura lá existente a partir do nada. Sem ser juiz em causa própria, até porque tem sido o senhor vereador Guido Teles a conduzir o assunto, a Startup tem sido unanimemente considerada como a melhor do arquipélago e uma das melhores a nível nacional, o que não acontece por acaso e resulta essencialmente do trabalho do diretor executivo. Fica aqui o meu louvor e agradecimento a todo o trabalho feito e expresse votos de muitos sucessos na fase seguinte, que ele também resolveu, fazendo passar estas coisas do empreendedorismo da teoria à prática.

O turismo é para nós uma questão preocupante. No ano 2018 estivemos praticamente em contraciclo todos os meses e foi particularmente mau foi o resultado do mês de setembro que ainda é um dos meses de grandes fluxos. Da parte da Câmara não estamos alheios à situação, continuamos envolvidos no sentido de encontrar soluções e procuramos respostas para a causa do problema que não é, com certeza, a falta de atratividade na nossa ilha, porque todos nos orgulhamos dela e ouvimos os melhores elogios que são feitos por quem nos visita, mas voltamos um pouco àquilo que falávamos há bocadinho que são as acessibilidades, uma questão longe de ser resolvida.

Sr. vereador Guido Teles – O senhor presidente da Câmara já referiu o nosso pensamento sobre o assunto e o que consideramos realmente importante na vertente do setor turístico na ilha Terceira. É claro que a promoção tem um papel importante na atração de turistas, sobretudo provenientes de pontos mais diversos do que os que nos visitam hoje em dia, mas achamos que há um enorme trabalho que deve ser feito na melhoria das acessibilidades à nossa ilha e na profissionalização da gestão na aerogare das Lajes, algo que temos transmitido a quem de direito, sobretudo ao Governo Regional, e que consta do memorando emanado desta Assembleia e do Conselho de Ilha, uma matéria que pode mudar a nossa realidade.

Mais do que uma promoção física ou digital, o que nos interessa é captar a operação de companhias aéreas para a nossa ilha e o facto de não estarmos incluídos numa rede nacional de gestão de aerogares faz toda a diferença comparativamente, por exemplo, ao aeroporto de Ponta Delgada. Neste momento a nossa maior prioridade é a reivindicação do modelo de gestão porque só assim será possível negociar de outra forma a presença mais frequente de outras companhias aéreas na nossa ilha.

A promoção tem um papel muito importante, temos a noção de que Angra do Heroísmo e a ilha Terceira têm um produto mais completo do que o que pode ser oferecido pelas outras ilhas, mas não nos podemos esquecer que os Açores são reconhecidos no mercado internacional pela natureza; é nesse ponto que nos devemos focar e apostar na complementaridade do nosso produto, juntando a natureza à componente cultural e histórica para tornarmos Angra do Heroísmo um destino ímpar na região.

Sr. d. m. João Santos – Muito bom dia senhor presidente e Exma. Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados municipais. Em primeiro lugar, quero desculpar-me, caso apresente algum assunto previamente aqui discutido porque faltei às duas últimas sessões da Assembleia Municipal. Apesar de a política de comunicação interna do Partido Socialista ser substancialmente diferente da do Partido Livre, assumo que não fiz convenientemente o trabalho de casa e corro o risco de trazer aqui algum assunto repetido.

No que respeita a maratonas, meias maratonas ou outras provas para promoção do concelho de Angra do Heroísmo e pegando na intervenção do deputado Nuno Melo Alves, é de facto, necessário investir. Falta na ilha Terceira mais uma prova de médio e longo curso, até porque os corredores de fundo e meio fundo há muito o reclamam. Agora ou mais tarde terá que haver mais uma meia maratona na ilha Terceira mas é necessário algum cuidado com o investimento neste tipo de eventos.

A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo está a trabalhar com a Associação de Atletismo da ilha Terceira na organização do I Trail a realizar cá na ilha, há muito que percebeu que o desporto é também uma forma de promoção turística dos locais e está a trabalhar com a prova de uma forma comparável só aos melhores investimentos ao nível do país em termos de dedicação e carinho como os municípios fazem relativamente às provas desportivas.

É preciso perceber que o excesso destes eventos para promoção ao nível nacional e até internacional, por vezes pode ser prejudicial. Na minha opinião deve haver aqui algum «delay» entre o I Trail e uma eventual meia maratona na ilha Terceira porque não há nada pior do que anunciar este tipo de provas como sendo de âmbito nacional e internacional e depois não haver atletas, o que as descredibiliza, e também não me parece fácil trazer de seis em seis meses à Terceira atletas de nível internacional.

É uma situação a ponderar que deve ser vista com algum cuidado e também me parece que os montantes de que se fala são exagerados para a organização de uma prova deste tipo, tendo apenas a TVI associada. É preciso pensar muito bem se o custo/benefício o justifica ou se é possível organizar uma prova de outra forma e por um valor muito mais aceitável. Congratulo-me com a intervenção do senhor vereador Guido Teles acerca da postura da autarquia relativamente ao I Trail na ilha Terceira e tenho a certeza que, a seu tempo, a Câmara Municipal encontrará com outras entidades, formas de trazer mais uma prova à ilha.

Referindo mais uma vez nesta Assembleia o tema do trânsito, hoje não vou falar da degradação da sinalização horizontal nas estradas da ilha Terceira, e em particular no nosso concelho, porque já todos conhecem o seu estado. Apesar de não se tratar de uma obra da responsabilidade da Câmara Municipal, congratulo-me pela abertura da nova variante a S. Carlos e por se ter finalmente resolvido ao fim de muitos anos o problema do trânsito naquele local. As vantagens são notórias e o trânsito melhorou incomparavelmente mas seria necessária uma intervenção ao nível da sinalização porque, quem circula a pé naquele troço de estrada continua sem grande proteção pelo facto de o fazer na faixa de rodagem. Talvez fosse necessário reorganizar a sinalização horizontal daquela estrada.

Pergunto agora ao senhor presidente da Câmara se nos pode adiantar alguma novidade acerca de um assunto já aqui falado relativamente à retirada das viaturas maiores da EVT do centro de Angra e a sua substituição por viaturas mais pequenas que não tenham que subir passeios ou correr o risco de atropelar as pessoas para fazerem as manobras.

Congratulo-me com o início da obra do parque de estacionamento da Silveira mas ouvi o senhor presidente da Câmara dizer que a sua possível ampliação seria decidida consoante a procura, o que me leva a questionar o quão condescendentes continuaremos a ser quando o parque de estacionamento for construído. O senhor presidente da Câmara, que considero uma autoridade em matéria de educação, certamente sabe que não educamos as pessoas sendo demasiado permissivos, deixando que tudo aconteça. Se construirmos um parque de estacionamento e continuarmos a permitir que as pessoas estacionem na via, não estaremos a educar ninguém nem a resolver o que quer que seja e não é por sermos boas pessoas ou não querermos chatear ninguém que estamos a prestar um bom serviço.

O estacionamento desordenado que se vê mais frequentemente no verão naquela subida da Silveira não se deve à falta de espaço porque há dezenas ou centenas de lugares entre a rotunda da escola Tomás de Borba e aquela ali e as pessoas é que não querem andar sequer 50 metros a pé.

Apelo a que esse parque de estacionamento venha efetivamente resolver o problema daquele caos de trânsito e que a tal procura de que fala o senhor presidente da Câmara seja medida pela real necessidade de estacionamento porque toda a gente continua a estacionar onde quer e de qualquer maneira.

Não vou voltar a bater no caos e no desordenamento do trânsito nesta cidade que se justifica sempre pela falta de policiamento e atrevo-me a lançar um desafio ao senhor presidente da Câmara para que aumente a utilização de mobiliário urbano para impedir que se estacione nas ruas encerradas ao trânsito. Se pomos lá um vaso a fazer de conta e continuamos a permitir que aquilo sirva de parque de estacionamento, estamos a ser condescendentes...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Um carro de bombeiros também não passa.

Sr. d. m. João Santos – Se nos preocupássemos com os carros dos bombeiros, regularizaríamos o estacionamento dentro da cidade porque já se fez investimento em viaturas que possam circular nas ruas mais estreitas. Se continuarmos a permitir que se estacione como se estaciona em Angra, das duas, uma: alguém um dia ficará com um peso na consciência quando alguém morrer por falta de socorro ou teremos que comprar uns carros de bombeiros elásticos que se moldem e consigam esgueirar-se pelas ruas entre os carros mal estacionados. Se formos falar do serviço de socorro dentro da cidade com o estacionamento que é permitido, muito mal as coisas estarão. Queira Deus que um dia não estejamos aqui a aprovar um voto de pesar e a alimentar alguma desgraça.

Sugiro que o tal mobiliário urbano seja colocado na Rua da Palha e na Rua da Esperança para que se impeça efetivamente o estacionamento naquelas duas artérias da cidade ou se diga que se permite o estacionamento; é preciso é clarificar.

Por falar em clarificação, volto a referir aquele troço de passeio lindíssimo entre a igreja velha de S. Mateus e a Pousada da Juventude. Disse-me o senhor presidente da Câmara há umas três sessões da Assembleia que se ia imediatamente resolver aquilo de uma vez por todas; ora, pelos vistos não está resolvido, senhor presidente. Não tenho nenhum interesse que se feche aquela estrada ao trânsito e se prejudique seja quem for mas, ou se impede o trânsito definitivamente ou se retira dali aquele sinal porque um dia alguém se vai magoar. Assisto por diversas vezes a corridas de motas, etc., para não falar dos carros que ali circulam numa zona muito frequentada por famílias com crianças, muitas delas de tenra idade. A ver pelo número de lencinhos Dodot que se veem espalhados por aquela via, trata-se certamente de uma zona muito querida pelas mães da freguesia.

Não seria má ideia nem um investimento assim tão grande a colocação de alguns baldes de lixo ali porque não se vê um único em todo aquele trajeto. Acho o sítio muito aprazível, aquilo é um motel a céu aberto na ilha Terceira e um local fantástico para várias coisas mas é preciso organizá-las para que umas não prejudiquem as outras. Há ali um sinal de trânsito proibido e não se sabe de quem é a responsabilidade caso aconteça ali alguma coisa má. Por último, gostaria que a Câmara nos falasse deste projeto da água.

Sr. presidente da Câmara – Começando pela questão dos lencinhos, lembro que no mundo civilizado, um simples sinal deve resolver o assunto e a responsabilidade é de quem lá circula em violação da lei mas vamos tentar resolver isso. Temos colocado lá um grande calhau mas, pelos vistos, há forças superiores que o conseguem desviar e temos que encontrar um calhau maior. Essa não é uma questão que nos deva preocupar muito porque a responsabilidade é de quem lá vai.

Quanto ao estacionamento na Silveira, creio que a condescendência vai acabar porque aquela zona em frente aos cafés vai ser repavimentada e terá um perfil diferente, passando a ser fisicamente impossível parar ali devido a uma estrutura que lá será construída. Mal acabe a obra do Fanal, o que se prevê a breve trecho, vai iniciar-se de imediato a repavimentação daquele troço entre a Silveira e o Fanal e nessa obra serão feitas as modificações necessárias para que o assunto fique resolvido.

Quanto à retirada dos autocarros maiores do centro da cidade, neste momento está a decorrer um processo de consulta ao mercado para o fornecimento de uma estação de camionagem

daquelas estruturas metálicas e de vidro cujo desenvolvimento esperamos ao longo deste ano. Logo que essa estrutura seja instalada junto às piscinas do Bailão, o traçado das viaturas terá que mudar. Isto implica um outro trabalho que está a ser feito, o de repensar as rotas dos mini buses que estão um bocadinho irracionais; uma delas é demasiado longa, demora muito tempo em cada volta e terá que ser dividida pelo menos em duas, numa negociação que está a ser feita com a EVT.

A obra de S. Carlos ainda não está concluída e faz parte do compromisso entre a Câmara Municipal e a Secretaria das Obras Públicas. Vai ser feito um reperfilamento semelhante ao do troço inferior com a colocação de passeios de ambos os lados e uma via reduzida apenas aos 3,5 metros para ter circulação num só sentido. Isso faz parte desse compromisso, esperemos que as Obras Públicas resolvam isso nos próximos dez meses e já vou adiantando serviço ali ao senhor deputado.

Peço agora ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra à senhora vereadora Raquel Ferreira para lhe explicar a questão da água e das garrafinhas.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhores deputados municipais. Estive reunida com uma equipa da EPAL que nos ajudará a estruturar e a promover uma campanha junto dos empresários da restauração para que passem a usar a nossa água engarrafada que tem bons padrões de qualidade, um projeto idêntico ao que já está a ser feito em Lisboa e com grande sucesso.

Sr. presidente da Câmara – Se eles conseguem, nós também conseguiremos porque a nossa água é claramente melhor do que a de Lisboa.

Sr. d. m. João Santos – Parece-me uma excelente ideia mas alerta para o facto de que o projeto deve servir para a promoção da água do concelho. Como está associado ao nível da empresa e à purificação das águas, é preciso ver que o mesmo não seja aproveitado erradamente.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – A empresa não exerce qualquer intervenção, à semelhança do que está a ser feito na EPAL. Apenas forneceu as garrafas, eles colocam o logótipo e fazem a promoção da campanha juntamente com outros agentes. É mesmo a água da torneira purificada com o nosso cloro e cumpre os padrões.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 2 de setembro a 31 de outubro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A atividade do município tem-se mantido estável desde a última sessão da Assembleia Municipal. Neste momento temos duas grandes obras em fase final, a requalificação da orla costeira do Fanal e o Centro Interpretativo. A obra da Miragaia está a decorrer dentro da normalidade e a chegar à zona do Chafariz Velho. O próximo troço será a Rua da Pereira até ao princípio do Caminho Fundo e depois seguiremos para baixo pela zona da Rua do Palácio entre os correios e o cruzamento da Rua do Rego.

Temos em curso o lançamento de uma grande empreitada de construção do parque de estacionamento e do mercado na Rua do Rego, talvez a questão mais importante de momento,

aquela que será a obra dominante ao longo do próximo ano e a que mais trabalho tem dado do ponto de vista da preparação do seu lançamento que prevemos para este mês. Já todos devem ter reparado que temos o palco da Praça Velha atrasado mas quando estiver pronto, será de grande qualidade. Posso informar também que as restantes obras vão decorrendo com alguma normalidade.

Quanto às situações provocadas pelas cheias do ano passado, a construção de uma das pontes de Santa Bárbara está quase no fim, temos na fase de arranque a construção de uma ponte nas Cinco Ribeiras e outra em Santa Bárbara e com isso creio que ficará reposta a normalidade da circulação de que há pouco o senhor deputado falava e com razão.

Tem havido seríssimas dificuldades no arranque de algumas obras, em parte também por questões internas de natureza burocrática relacionadas com a nossa capacidade porque nesta altura temos cerca de uma centena de intervenções ativas, o que é demasiado para os serviços que temos. Além disso, há também algumas dificuldades de resposta do mercado, o que me leva diretamente à questão que estava implícita aí numa intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia relacionada com o pessoal. No período compreendido entre esta e a última sessão da Assembleia saíram nove pessoas da Câmara Municipal por aposentação, das quais, seis encontravam-se de baixa prolongada, nalguns casos há uma década, por isso não afetaram os serviços. As restantes estão a ser substituídas por mobilidade entre serviços.

No próximo ano teremos que lançar uma empreitada para manutenção de vias para resolvermos os problemas dos buracos em algumas estradas que estão em muito mau estado, uma preocupação minha já aqui manifestada na última sessão desta Assembleia. Estamos a partir para externalizar esse serviço e contratar uma empresa da especialidade para substituir retângulos em algumas zonas porque o simples trabalho de tapar buracos já não resolve nalguns casos em que temos troços de estrada com mais buracos do que pavimento. Esta é uma das situações mais urgentes do município porque as vias este ano sofreram uma considerável degradação devido a questões meteorológicas mas também devido à idade. O próximo quadro comunitário que se inicia no ano que vem terá que ter um desenvolvimento diferente porque precisamos de fazer um grande investimento ao nível viário no nosso concelho.

A execução financeira também vai decorrendo com toda a normalidade e temos a certeza que vamos ter uma boa situação financeira neste ano. Aproveito para pedir autorização ao senhor presidente da Mesa para pôr aqui em circulação o anuário financeiro dos municípios onde podemos verificar que Angra está entre os cem melhores municípios com bom desempenho financeiro, algo que nos deve orgulhar a todos. O documento inscrito vai entrar em circulação e quem o quiser ver mais em pormenor, poderá consultá-lo ou descarregá-lo em versão electrónica do *site* da Ordem dos Contabilistas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Voltando à discussão do PROTA, se houve alguém que se distraiu, infelizmente houve também alguém que não se distraiu e o que a história nos diz é que a balança vai desequilibrando e pendendo sempre para o mesmo lado. Curiosamente nunca há distrações nem problemas de transposição que beneficiem a ilha Terceira e o concelho de Angra em relação ao contexto regional e as distrações acontecem sempre em benefício de algo mais a oriente. O senhor presidente da Câmara, que anda na política com funções de responsabilidade mais profundas há mais tempo de que qualquer um de nós nesta sala, decerto dificilmente acreditará em coincidências.

Pegando no que disse há pouco a título jocoso o deputado João Santos, se o LIVRE não sabia que iria ter problemas de comunicação com a sua deputada - que eram espectáveis - aqui não deveria haver quaisquer problemas de comunicação até porque não tem havido dessintonias, mesmo em termos de cor política, na maior parte do tempo após estes 25 anos.

O pedido que faço ao senhor presidente da Câmara é que não pare de se preocupar nem deixe este tema cair e se mova com todas as suas forças no sentido de se corrigir o que ainda for possível, se não formos já tarde demais.

Quanto às questões mais diretas de agenda e da Atividade Municipal, pois eu ia falar no palco da Praça Velha mas o senhor antecipou-se...

Sra. d. m. Brites Cunha – Toda a gente ia.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – É preocupante que uma obra, simples à partida e com o debate político que teve, seja justamente aquela que o senhor presidente da Câmara não consegue concretizar. O karma é lixado! O senhor, nem o palco consegue fazer e não pode dizer que é por culpa da oposição porque não temos tido qualquer tipo de responsabilidade além da denúncia e da discordância da obra só por si. Pelos vistos o tempo está a dar-nos razão, nem que seja pela inexecutabilidade da obra, senhor presidente.

Falando agora de questões de maior dimensão que entroncam com aquilo que discutimos antes, o turismo é um setor incontornável para este concelho e continua a carecer de uma abordagem mais profunda e cuidada. Já discutimos noutra sede a necessidade de a Câmara possuir um departamento, uma concessão do serviço ou o que quer que seja para fazer uma promoção própria do turismo neste concelho que seja claramente diferenciada do todo regional porque mais ninguém a fará. Percebo a boa vontade das intervenções da bancada do Partido Socialista em enaltecer o que tem sido feito por parte da tutela mas eu falo é dos resultados que têm sido francamente insuficientes.

Por mais que se diga que se deitou dinheiro para cima do problema, não significa que ele se resolva porque continuamos com problemas nas acessibilidades. Os empresários estão a investir às suas contas e com dinheiro público que é de todos nós, portanto, às nossas contas também, por isso precisamos de uma estratégia concertada. Há aumentos na capacidade instalada e no número de camas mas os turistas estão a diminuir e não podemos ficar dependentes de uma única Tour Operação que é a de Espanha.

Como se viu pelo desfecho final, continua muito mal explicado o que se passou com a vinda da Delta Air Lines para os Açores que voou para S. Miguel durante dois anos. Houve um conjunto de coisas que correram mal, inclusivamente uma *hard landing* que terá tido uma componente de erro humano, mas houve certamente também um problema de desadequação do aeroporto de Ponta Delgada para a operação de aviões de longo curso com carga máxima que levou a que um avião fosse para o lixo quase havendo ali um drama muito grande.

O pior que pode acontecer ao mercado turístico regional no seu todo é a saída pura e simples de uma companhia com a dimensão da Delta pondo em causa qualquer tentativa de, *a posteriori*, se poder reivindicá-la para a Terceira onde existe a ligação com o mercado americano por força da contingência militar e da nossa diáspora, para já não falar dos milhões e milhões de turistas americanos que vão para todo o mundo e não querem saber da emigração seja de onde for. Andámos para trás e esta história continuou muito mal explicada.

As questões da direção da aerogare das Lajes - aqui referida e muito bem pela bancada do Partido Socialista - que também afetam o turismo no nosso concelho, são a prova viva de que as nomeações políticas não podem continuar a ser feitas com base nos conhecimentos na ótica do utilizador, na cor do cartão e das fidelidades partidárias. Precisamos de ter em todo o lado gestões profissionais e com muita capacidade; se isso não couber na esfera pública, pois que se privatize e se concessione. Há aqui uma questão ideológica que separa, nesta Assembleia, a bancada mais à direita da bancada mais à esquerda, mas a realidade dos factos é bem clara.

Sr. presidente da Câmara – Concordo com algumas das observações feitas pelo senhor deputado e com outras, nem tanto. Volto a frisar que o turismo é uma grande preocupação

nossa, tanto mais que não consigo perceber como se pode atribuir o decréscimo do mês de setembro ao voo de Madrid que não tinha nada a ver com isso em anos anteriores. Estamos a falar de matérias diferentes e de uma questão que não nos deve dividir, antes pelo contrário, devemos unir-nos em busca de soluções para este problema.

A Câmara está a dar mais um passo importante substituindo-se a outras entidades e encomendando a elaboração de um guia profissional para a ilha e para o nosso concelho em particular. Estamos a fazer um grande investimento nessa matéria e temos feito o que nos é possível na promoção mas não nos serve de muito quando a acessibilidade não corresponde e os preços são completamente distintos.

O aparecimento de um voo da TAP de Boston para Ponta Delgada é mais um problema porque tínhamos grandes esperanças no mercado americano que agora fica, de alguma maneira, ameaçado. É exatamente a partir do aeroporto de Boston que a SATA está a fazer uma Tour Operação durante o inverno que fica comprometida porque a TAP tem outra presença e outra imagem e, infelizmente, a imagem da operação da SATA que os meios de comunicação da Nova Inglaterra passaram ao longo dos últimos verões não é conducente a qualquer sucesso numa concorrência direta com uma empresa como a TAP.

Meus senhores, é preciso reconhecer que temos um problema e devemos continuar na busca de soluções para as acessibilidades da ilha em conjugação com o Governo Regional. Não sou especialista em turismo nem em transportes aéreos mas a lógica diz-me que dificilmente a promoção terá sucesso sem o suporte de boas acessibilidades aéreas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Senhor presidente, temos tido algumas queixas por parte de cidadãos a respeito de assuntos mais pontuais mas que não deixam de ser importantes. Em primeiro lugar gostaria de saber se o senhor tem conhecimento de dificuldades devido a avarias e à falta de disponibilidade de viaturas por parte dos bombeiros de Angra para fazerem o transporte de doentes.

Pôde verificar-se que a Câmara fornece em sede de ação social um número crescente de cabazes alimentares que são distribuídos a várias instituições. Têm-nos sido relatados alguns casos em que falham os mecanismos de controlo para evitar que o mesmo beneficiário seja o especialista do cabaz e que os possa recolher às várias instituições que os disponibilizam. Gostaria de saber se a Câmara dispõe ou procura criar um mecanismo de controlo para evitar as redundâncias e assim se possa garantir que os apoios cheguem àqueles que deles necessitem, evitando que outros recebam em duplicado.

Em terceiro lugar, chamo mais uma vez a atenção para uma referência que fiz em duas sessões consecutivas da Assembleia Municipal. Na página 12 do relatório da Atividade Municipal continua a constar o crematório, senhor presidente. É mais uma questão pequenina mas não me parece que a cremação seja uma prioridade assim tão grande para este concelho, sabendo que existe um crematório na Praia da Vitória e a atividade privada de serviços funerários poderá responsabilizar-se por isso.

O senhor presidente da Câmara não me chegou a responder acerca da eventual necessidade de reforçar os meios próprios técnicos e humanos da Câmara Municipal - que sofreram uma redução - para que não fiquemos tão dependentes dos empreiteiros no que diz respeito a danos patrimoniais e a intempéries. Temos também tido algumas queixas de que, enquanto os funcionários camarários fazem coisas certamente importantes como, por exemplo, montar e desmontar palcos na Praça Velha uma vez que aquela «coisa» não levanta, vão fazendo falta pelas 19 freguesias do concelho para acudir a outras necessidades.

Pergunto-lhe ainda se já nos pode dar uma informação acerca da redistribuição dos fundos do PO 2020 pelas autarquias, sobretudo daquelas que não os utilizaram para as que os podem e pretendem utilizar. O senhor está sempre ansioso por ter financiamento comunitário - e bem -

para não utilizar a capacidade da Câmara para esse efeito, mas isto continua tudo muito paradinho e gostaria de saber o que o senhor vice-presidente do Governo lhe disse no último telefonema que lhe fez.

Em tempos o senhor mostrou-se disponível, por isso gostaria de saber se continua a prever a possibilidade de a Câmara Municipal recorrer ao endividamento, tendo em conta o tal contexto de taxas de juro muito favoráveis e o saldo positivo para fazer investimento municipal, nomeadamente naquelas situações que resultaram de um acordo com o PSD e que levaram ao conjunto de votações que temos tido em sede orçamental.

Na página 38 do relatório da atividade municipal é referida uma empreitada de beneficiação da zona do antigo hospital. Gostaria que o senhor presidente me dissesse que empreitada é esta que a Câmara está a assumir tendo em conta que nunca nos explicou ao certo que investimento está ali a ser feito e apenas nos disse que aquilo mudou de proprietário, saindo da banca para um grupo de investidores.

Sr. presidente da Câmara – A empreitada referida destina-se ao arranjo daquela via e da zona diante da ermida do Desterro e nada tem a ver com o antigo hospital. O nome é pouco inteligente, deveria ser o nome da rua mas alguém batizou assim.

Quanto ao PO 2020, há uma reunião na próxima semana em Ponta Delgada que espero que seja decisiva e definitiva. Vamos ver se conseguimos resolver o assunto porque esta matéria também nos preocupa e vai redundar na perda de vastas quantias por parte das autarquias porque ninguém quer abdicar apesar de a realidade dizer que uma boa parte delas não vai conseguir utilizar o dinheiro.

Não tenho conhecimento das avarias dos carros dos bombeiros mas sei de outra coisa que me deixa ainda mais perplexo caso esteja a acontecer. É que a Cruz Vermelha adquiriu ambulâncias para o transporte não urgente de doentes e foi-lhe negada essa possibilidade, dizendo que os bombeiros o faziam. Por causa disso, no caso da Cruz Vermelha, foi preciso devolver uma das ambulâncias e a Câmara assumiu a despesa com a outra. Se isso está a acontecer não faz qualquer sentido. Perguntarei o que está realmente a passar-se e ninguém me disse nada sobre o assunto, talvez por pensarem que eu não aceitaria sem me zangar. Isso não pode acontecer de maneira nenhuma porque houve uma pressão enorme no sentido de não permitir que a delegação da Cruz Vermelha entrasse nesse mercado; se é assim, estranho é, mas veremos.

Quanto aos cabazes, a Câmara não faz distribuição direta aos utilizadores finais. Existe um mecanismo que tem a ver com a retirada de circulação de bens alimentares por causa dos prazos e de outros que a União Europeia, por qualquer razão, resolve retirar do mercado. Esse mecanismo faz com que o município seja apenas um canal de entrega e nem sequer vemos os bens que não passam por aqui e são distribuídos por diversas entidades.

Há um protocolo entre todas as entidades da ilha sobre o controlo da distribuição que cobre exatamente esta coordenação. Se algo está a falhar é porque o protocolo não está a ser cumprido e desde já me ofereço para verificar o que se passa, embora não seja uma responsabilidade direta do município que, volto a repetir, não faz entregas diretas a ninguém, apenas estra na cadeia de passagem destes bens. Foi tornada pública a assinatura desse protocolo, a criação desse mecanismo de coordenação entre as IPSS's da ilha, e esperemos que funcione como deve ser.

Quanto ao facto de o crematório ainda constar no relatório da atividade municipal, eu é que sou o culpado porque deveria ter analisado o documento e não o fiz, mas vou certificar-me que desapareça da lista porque não há nenhuma intenção de o construir.

A questão dos meios próprios da autarquia é muito importante e estratégica para o concelho porque isto extravasa em boa parte o município. Quando a crise económica se instalou e os empreiteiros ficaram na situação que todos conhecemos, fizemos os possíveis por privilegiar a contratação fora em vez de investir em meios próprios e creio que o fizemos bem para ajudarmos a fortalecer o tecido económico da ilha. A construção civil na vertente pública e privada está a entrar numa fase de franca recuperação mas está a deparar-se também com o desinvestimento dos próprios empresários nesta área e com a falência de boa parte das empresas que atuavam neste mercado que, neste momento, está a passar por uma situação de procura sem oferta compatível.

Creio que ainda é cedo para contrariarmos o crescimento e a estabilização dessas empresas. É preciso dar algum tempo para que os empresários também refaçam a sua capacidade produtiva e não me parece que a melhor solução seja o investimento em pessoal por parte da Câmara e a criação de uma empresa de construção civil paralela. A solução passa por darmos alguma estabilidade na contratação e uma das questões que já aqui referi tem a ver com a reparação de estradas. É possível fazer uma contratação plurianual de maneira a permitir que, quem ganhe esse concurso, depois invista na sua própria estrutura e funcionários.

Há um outro trabalho que tem vindo a ser feito com as juntas de freguesia que este ano se têm deparado com algumas dificuldades. Durante alguns anos, com os fundos próprios e com o que a Câmara lhes transferia, as juntas foram a tábua de salvação de muitos mestres e empreiteiros nas respetivas freguesias porque não tinham nada que fazer. A situação inverteu-se e nesta altura as juntas de freguesia estão a ter grandes dificuldades em encontrar quem lhes faça as obras de forma atempada.

Tudo isso tem a ver com o restabelecimento da capacidade produtiva do setor da construção civil e acho que, por ora, não devemos interferir. Se esta situação persistir por muito tempo, teremos que pensar em soluções alternativas mas ainda é cedo e há que dar tempo aos empresários para se refazerem sob pena de voltarmos a cair em erros antigos que tiveram más consequências. A lição da crise de 2008, 2009 até 2015 deve continuar presente na nossa mente e não devemos esquecer tão depressa o que aconteceu. Os poderes públicos não devem interferir numa atividade que carece de estabilidade e a sua capacidade concorrencial deve ser respeitada.

Nesta altura o município não vê a necessidade de aumentar os seus trabalhadores até porque continuamos com muita gente. O nosso problema é a idade média dessas pessoas que se situa na casa dos cinquenta anos, está distorcida para baixo pelo pessoal administrativo e pelos técnicos superiores que são quase todos jovens, e puxada para cima pelo pessoal operacional que está quase todo entre os cinquenta e os sessenta e tais anos. Temos uma capacidade reduzida devido à idade do pessoal mas devemos esperar calmamente nos próximos cinco a dez anos em que todo este pessoal sairá para podermos refazer os serviços com gente mais jovem numa situação diferente.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Ainda a respeito da circulação automóvel em S. Mateus há pouco aqui debatida, se bem se recordam, foi levantada pela, então deputada Graça Silveira numa das sessões do mandato anterior, a questão do duplo financiamento para esse passeio, por isso agora têm que circular ali viaturas para amortizarem esse financiamento.

Independentemente das melhorias nas vias em S. Carlos, penso que o Governo Regional não tem sido muito amigo daquela zona que é especialmente importante por ser o principal escoamento do trânsito para o lado oeste da ilha. Volto a lembrar que, apesar de uma votação unânime da nossa Assembleia Municipal, a rotunda do caracol não sofreu nenhuma das melhorias que sugerimos para aliviar o estacionamento dos autocarros e tudo continua a afunilar naquele local.

Quanto a S. Carlos, estou de acordo com o que foi aqui referido acerca da reformulação daquelas sinaléticas porque chegámos ao cúmulo de ver, à entrada da Canada Nova, uma placa embutida na parede de uma casa a indicar que o Caminho de Baixo fica no sentido descendente e logo acima existe uma placa de sentido proibido. Quem não utilizar aquele espaço com frequência ou estiver um pouco distraído, ao sair da Santa Casa da Misericórdia acaba por virar à esquerda e seguir em sentido contrário. Bastaria colocar em frente uma placa daquelas com fundo azul e uma seta branca a apontar para a direita.

Como nos foi referido aqui na última sessão da Assembleia, bem sei que aquele projeto ainda não está acabado e estão a ser feitos alguns testes relativos à circulação, mas há certos aspetos do trânsito que já deveriam ter sido acautelados e continuamos a aguardar a chegada da iluminação também aqui discutida na última sessão.

Ainda a respeito do turismo, concordo a 100% com as afirmações do senhor presidente da Câmara quando diz que, de pouco nos serve o empenho na promoção se não tivermos as devidas acessibilidades, podendo até gerar-se um efeito contrário em que a procura e os preços se poderão tornar desadequados e exagerados face à qualidade daquilo que temos para oferecer, algo que nos prejudica em vez de nos ajudar.

Deve existir envolvimento público na gestão do turismo, nomeadamente no que respeita às acessibilidades à ilha Terceira, mais concretamente na gestão pública do aeroporto das Lajes e da SATA Internacional. Estamos também à espera dos desenvolvimentos acerca do que foi denunciado há dias em que, aparentemente, a companhia está a cancelar os voos para a Terceira e a encaminhar os passageiros para listas de espera, fazendo com que os voos tenham uma ocupação reduzida com apenas cerca de quarenta ou cinquenta passageiros. A serem verdade, estas situações são gravíssimas, estão a contribuir para prejudicar o turismo na Terceira e têm a mão pública do Governo Regional que é proprietário da SATA e o gestor da aerogare da ilha Terceira.

São exigidas unidades hoteleiras com qualidade e notam-se melhorias e grandes investimentos no setor do turismo mas as coisas andam um pouco à semelhança do que se passa com o palco da Praça Velha em que as filarmónicas já ensaiaram e têm tudo preparado mas terão que tocar num palco improvisado porque aquele ainda não está funcional. Se for um problema de hidráulica, talvez possa ser usada a força da água que, se é capaz de levantar tampas de esgoto, sendo bem canalizada talvez consiga levantar também o palco da Praça Velha.

Sr. presidente da Câmara – Mais uma vez, estou em concordância com a maior parte das situações aqui referidas e, quanto à hidráulica, o senhor deputado pode contar também com a minha solidariedade e vontade em pôr o palco da Praça Velha a funcionar.

Sr. d. m. João Santos – De acordo com o que foi aqui dito pelo senhor deputado Luís Rendeiro acerca dos bombeiros, é óbvio que a Câmara Municipal não deixa de ter as suas responsabilidades mas os bombeiros de Angra são uma associação humanitária de bombeiros voluntários e não um corpo municipal de bombeiros, apesar de serem o único corpo de bombeiros do concelho. O que isto quer dizer? As obrigações que a Câmara Municipal do Funchal tem com os seus bombeiros municipais são diferentes das obrigações que a Câmara de Angra ou outra, têm em relação às associações humanitárias dos bombeiros voluntários. Isto apenas para clarificar que não estamos a falar dos bombeiros da Câmara, mas sim, de uma associação.

Visto que um assunto, talvez passageiro, assumiu um outro contorno, em primeiro lugar não podemos misturar o socorro com o transporte não urgente de doentes porque estamos a falar de uma área de negócio. Não estou a afirmar que sim nem que não mas é preciso perceber se são retirados ao socorro os meios que lhe são dedicados para se destinarem a uma área de negócio e se é por essa razão que escasseiam.

No continente há empresas a viver - e não a sobreviver - apenas deste negócio do transporte não urgente de doentes. Se, à luz do que foi dito pelo senhor presidente da Câmara, se se vier a configurar um protecionismo de um servidor relativamente a outros, isto pode até constituir crime. O transporte não urgente de doentes está legislado e regulamentado e qualquer entidade que cumpra a regulamentação o pode fazer, a não ser que haja fundamentação para o efeito. Ao dizermos que não deixamos aquela fazer, que isto nunca se enquadre no protecionismo de alguém relativamente a outrem.

Se continuarmos a assegurar transporte para todas as solicitações, o senhor deputado pode comprar os meios que quiser que nunca terá os suficientes. Isto levar-nos-ia à discussão a respeito das medidas a tomar para racionalizar o transporte de doentes na região autónoma dos Açores, algumas já adotadas no continente, mas o assunto requer alguma discussão e, sobretudo, coragem.

Sra. d. m. Brites Cunha – Ainda a respeito do turismo, quero dizer que me congratulo com a preocupação do senhor presidente da Câmara e francamente não entendo a despreocupação da senhora deputada Isabel Berbereia, muito menos quando o argumentário é: «Queríamos a Ryanair, ela cá está.» Não. Temos que resolver os nossos problemas com os mesmos argumentos das restantes ilhas e o trabalho que a SATA aqui faz é vergonhoso.

Quanto à nova rota da TAP de Ponta Delgada para Boston e, apesar da péssima imagem que a SATA tem lá fora no nosso mercado da saudade, seria interessante pensar na utilidade dessa mesma rota a partir de cá para vermos se, afinal, é assim tão deficitária e pouco atrativa.

Quanto ao resto, senhor presidente, já percebemos que o problema do palco da Praça Velha é não levantar, o que é grave, mas queremos saber quando isso estará resolvido até porque, e citando-o, era uma coisa de apenas quinze dias.

Atendendo às boas relações entre dos dois municípios que o senhor presidente da Câmara muito enaltece, devo dizer que achei uma pena não haver por parte deste município, grande preocupação na divulgação do «Outono vivo» porque acho que seria interessante e bastante mais consistente um intercâmbio entre ambas as cidades com outros resultados.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Talvez não terei tido a capacidade de explicar a ideia que temos sobre esta matéria mas há efetivamente uma preocupação clara em procurarmos em conjunto, formas de inverter esta situação da descida do turismo relativamente ao ano passado. Esta não é uma preocupação exclusiva das bancadas do PSD e do CDS-PP, antes pelo contrário, é um assunto que muito preocupa esta bancada e a Câmara Municipal e não escondemos esse facto porque toda a atividade deve confluír numa estratégia integrada de promoção do turismo.

O que eu disse é que Angra tem um elemento diferenciador relativamente a outros destinos turísticos da região, pelo que temos que ser criativos internamente, independentemente se o voo é proveniente de Madrid, de Londres, de Boston ou de Monte Real. Se tivermos uma oferta bem organizada com eventos de qualidade e atrativos, provavelmente os operadores aéreos terão outros incentivos para confluír os passageiros para cá. Temos o exemplo das Sanjoaninas em que é a partir do evento que as viagens se organizam.

Temos que garantir que haja pressão externa para se visitar a nossa cidade que conta uma história muito bonita e específica. Não há outra cidade dos Açores que tenha monumentos com tanta riqueza cultural e patrimonial. Temos que demonstrar esta capacidade entre todos os agentes internos, continuar a reforçar a qualificação profissional e a oferta hoteleira, e ao mesmo tempo apresentar eventos e estratégias de promoção da cidade que garantam pressão aos operadores aéreos para trazerem cá os passageiros. Se é uma questão de preocupação, todos a temos e devemos pensar nas formas de inverter esta situação.

Terminadas as intervenções, a Informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada.

1.2 - Aplicação de regime de derrama. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 4 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

Sr. presidente da Câmara – O regime proposto é exatamente o mesmo que foi aplicado no ano passado e nada há de novo em relação a esta matéria. O resultado tem sido favorável, representa cerca de 50 a 60 mil euros por ano e contribui para alguma justiça do ponto de vista da distribuição deste tipo de receita entre concelhos.

O documento constante do Ponto 1.2 foi aprovado por unanimidade.

1.3 - Proposta de taxas referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no ano de 2020. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos dos artigos 112.º e 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Sr. presidente da Câmara – O que está aqui a ser proposto é exatamente o mesmo que esteve em aplicação nestes últimos anos e nada tem a ver com as isenções de IMI. Aqui apenas estabelecemos os valores, enquanto a isenção e a liquidação são feitas pelo Estado. Estamos assim a manter o mesmo regulamento que está neste momento em vigor.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tendo em conta o atual enquadramento de transição em julgado de decisões que levam a que não se possa cobrar IMI nos centros históricos classificados, talvez essa decisão deva também ser transposta para o Regulamento Municipal de Taxas. Sabendo que essa cobrança é feita em sede nacional e a verba depois distribuída às autarquias e sabendo também que, nalguns casos como o de Angra, isto poderá significar a perda de uma verba importante, neste momento quem está a ser privado de uma verba importante são os cidadãos donos dos imóveis nos centros históricos classificados por lhes estar a ser cobrado um valor de IMI considerado ilegal pelos tribunais. Como temos um percurso coerente nesse aspeto e defendemos que, segundo a lei, esse IMI não deve ser cobrado a esses cidadãos, não podemos votar favoravelmente este ponto, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara – Essa é uma posição que respeito mas está desprovida de qualquer grau de razoabilidade.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – É uma posição política.

Sr. presidente da Câmara – Sim, é uma posição política que é muito boa para mim porque são mais votos que caem para o meu lado e até agradeço. Quanto à questão central que aqui é colocada, o mesmo já acontecia no passado com os edifícios que eram classificados por outra qualquer razão que não devem constar por se tratar de uma isenção dada por lei e não pela Assembleia Municipal que apenas fixa de forma genérica e transversal as taxas aplicadas no território e não nos cabe fixar as isenções.

Terminadas as intervenções e após a votação, a Proposta de taxas referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis constante do Ponto 1.3 foi aprovada por maioria com 33 votos a favor (25 do PS, 1 da d. m. independente, 5 do PSD e 2 do CDS-PP) e 6 abstenções do PSD.

1.4 - Documentos Provisionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo acompanhadas do mapa de pessoal para 2020, proposta de autorização para assunção de compromissos relativos aos procedimentos concursais a iniciar em 2020 e proposta de

autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos de carácter plurianual, apresentando os seguintes valores:

Plano plurianual de investimentos:

- Despesas de investimento: 1 806 010,00 € (um milhão, oitocentos e seis mil e dez euros).

Orçamento:

- Receitas correntes: 6 105 400,00 € (seis milhões, cento e cinco mil e quatrocentos euros).
- Receitas de capital: 284 910,00 € (duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e dez euros).
- Total geral das receitas: 6 390 310,00 € (seis milhões, trezentos e noventa mil, trezentos e dez euros).
- Despesas correntes: 4 574 300,00 € (quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil e trezentos euros).
- Despesas de capital: 1 816 010,00 € (um milhão, oitocentos e dezasseis mil e dez euros).
- Total geral das despesas: 6 390 310,00 € (seis milhões, trezentos e noventa mil, trezentos e dez euros).

Nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento pelo que acompanha a referida proposta. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Peço que o Ponto 1.15 seja considerado em conjunto porque refere o tarifário para 2020 que está subjacente ao orçamento dos SMAH. Informo que vamos manter inalterado o tarifário que vem de 2011 e creio que podemos dar com vantagem o Ponto 1.15 por visto, incluindo-o aqui.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – O que se prevê de maiores investimentos por parte dos Serviços Municipalizados é a criação do reservatório de 2 000 m³ ali na zona do Posto Santo que virá consolidar um pouco a rede com uma nova captação e a remodelação das redes da Canada de Belém até S. Bartolomeu pela via principal, Bicas de Cabo Verde até ao Espigão do Posto Santo e Canada da Cruz Dourada, entroncando neste caminho principal em S. Bartolomeu. Esta remodelação de redes está a ser articulada com a EDA, a PT e as Obras Públicas caso pretendam também efetuar melhorias ou reparações nas suas infraestruturas.

Vamos proceder também a um reforço da Telegestão e da Telemetria e à construção de um pavilhão para acomodar as viaturas de recolhas de resíduos que se encontram num parque aberto. Adquirimos três novas viaturas para reforçarmos a frota de recolha de resíduos urbanos, uma com maior capacidade para a recolha de «monstros» e duas de 10 m³ de capacidade para recolha de resíduos no concelho. O parque automóvel dos SMAH estava bastante degradado, daí a necessidade de procedermos a estas melhorias.

No que respeita a outras questões de manutenção, vamos adensar a malha de recolha de resíduos indiferenciados e dos ecopontos. Este aumento de recolha tem uma relação direta com uma melhoria da reciclagem cuja meta para 2020 é de 50%. Como estamos ainda nos 35%, significa que há muito trabalho a fazer.

Os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo constantes do Ponto 1.4 foram aprovados por maioria com 31 votos a favor (25 do PS, 1 da d. m. independente e 5 do PSD) e 8 abstenções (6 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.5 - Terceira revisão ao Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2019. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta alteração ao orçamento da Câmara visa resolver uma questão que não tem um reflexo financeiro do ponto de vista do global do orçamento e tem a ver com a reinscrição da verba necessária numa rubrica que tem que ser diferente para pagar os acertos e as progressões de pessoal que aconteceram neste ano. Como sabem, neste ano houve descongelamento e reposição salarial e isso deve ser pago por uma rubrica diferente. O que aqui se propõe é a desagregação da rubrica do pessoal em duas rubricas distintas.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o documento constante do Ponto 1.5 foi aprovado por maioria com 31 votos a favor (25 do PS, 1 da d. m. independente e 5 do PSD) e 8 abstenções (6 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.6 - Orçamento da Câmara Municipal e GOP's para 2020, apresentando os seguintes valores:

Orçamento:

- **Receitas correntes:** 15 816 996,00 € (quinze milhões, oitocentos e dezasseis mil, novecentos e noventa e seis euros).
- **Receitas de capital:** 3 633 653,00 € (três milhões, seiscentos e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta e três euros).
- **Total geral das receitas:** 19 450 649,00 € (dezanove milhões, quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e quarenta e nove euros).
- **Despesas correntes:** 12 899 930,00 € (doze milhões, oitocentos noventa e nove mil, novecentos e trinta euros).
- **Despesas de capital:** 6 550 719,00 € (seis milhões, quinhentos cinquenta mil, setecentos e dezanove euros).

Despesa inscrita nas Grandes Opções do Plano:

- **Grandes Opções do Plano:** 8 811 914,00 € (oito milhões, oitocentos e onze mil, novecentos e catorze euros).
- **Total geral das despesas:** 19 450 649,00 € (dezanove milhões, quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e quarenta e nove euros).

O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2020, o plano de formação para 2020, a proposta de venda parcial do parque habitacional, bem como as normas sobre a execução orçamental. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos das alíneas a) e o) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A proposta de orçamento da Câmara Municipal para 2020 mantém a mesma linha de investimento e gestão financeira dos últimos anos. Basicamente, mantemos a estabilidade do ponto de vista das receitas e das despesas, uma redução de 500 mil euros na receita previsível dadas as questões do IMI que já aqui falámos, que depois serão compensados, creio, com um conjunto de aumentos que também acontecerão por via do Orçamento de Estado que, por ter sido um ano eleitoral para a Assembleia da República, ainda não está aprovado nesta altura do ano. Por essa razão, tivemos que colocar aqui os valores de transferências do ano 2019 e não aqueles que esperamos que venham a acontecer no ano 2020.

Mantém-se uma contenção das despesas correntes de forma a conseguirmos gerar capacidade para mantermos o investimento. A obra que merece mais relevo é o mercado municipal e o

parque de estacionamento que lhe está associado e o anuário que por aí circula demonstra uma boa estabilidade financeira que queremos manter.

O apoio à Santa Casa da Misericórdia foi aqui explicado pelo senhor provedor no início desta sessão da Assembleia. Precisamos de deliberar novamente sobre esta matéria, não apenas porque a obra não teve início em 2019 como estimávamos, mas também porque se resolveu permitir a eventual divisão do investimento por alguns anos para que não se traduza em problemas com o financiamento de outras entidades no caso de termos uma redução mais acentuada nas receitas do IMI.

Continuamos a manter o mesmo nível de financiamento para as juntas de freguesia e para as instituições sem fins lucrativos do concelho. Foi aprovada a lista dos bolseiros e há um crescimento acentuado no investimento que o município faz nas bolsas de estudo para o próximo ano.

Há também aqui uma necessidade de recorrermos à banca caso o avanço das obras e, em particular as questões do IMI, não decorram como esperamos. Como o orçamento assim o prevê, fica aberta a possibilidade do recurso ao aumento do endividamento que atualmente ronda os 12 milhões de euros mas cerca de 9 milhões são pagos por terceiros porque têm a ver com a habitação social. Nesta altura temos menos de 4 milhões de euros de dívida da responsabilidade do município, o que nos deixa numa posição extraordinariamente confortável e nos permite, sem qualquer grau de penalização ou dificuldade, recorrer ao endividamento se houver necessidade. Este recurso ao endividamento tem sido, de alguma maneira, contido porque temos um grande interesse em resolver a questão do mercado municipal, um investimento situado entre os 6,5 e os 7 milhões de euros, e até agora não temos nenhuma garantia do seu cofinanciamento. Nessas circunstâncias, o município tem que guardar uma reserva de músculo financeiro para fazer face a esses pagamentos no caso de não ser possível obter o cofinanciamento. Temos expectativa de o conseguir com o arranque do próximo quadro comunitário mas a questão continua em aberto e é melhor termos um plano B que é o recurso ao endividamento. De resto, este orçamento conserva os mesmos traços dos anos anteriores.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Se, dúvidas havia no início deste mandato acerca da postura de oposição do PSD na vereação e na Assembleia Municipal, da coerência das nossas posições e dos objetivos do trabalho a que nos propúnhamos, essas dúvidas vão-se dissipando com a sucessão das nossas votações e opções, assumindo também o seu custo político interno e externo.

Esta é a terceira vez que a vereação do PSD vota favoravelmente em sede própria um orçamento apresentado pelo Partido Socialista na Câmara Municipal e é justo dizer-se que, ao contrário do que aconteceu em outros executivos socialistas anteriores, neste momento a Câmara de Angra goza de um bom estado das suas contas e de uma saúde financeira indesmentível que deve ser registada pelos saldos positivos que tem vindo a apresentar.

Tem havido e merece registo, uma abertura por parte deste executivo camarário em aceitar propostas e contributos que o PSD tem vindo a apresentar de forma absolutamente construtiva e a favor deste concelho. Essas propostas têm sido acolhidas ano após ano, sabendo que estas coisas levam o seu tempo em sede administrativa e é necessário algum tempo até que as máquinas cheguem ao terreno e a obra comece. Por esse facto e por não haver ainda execução material de muitos desses compromissos, vamos continuar a viabilizar estes documentos previsionais com uma abstenção e não votaremos a favor porque, caldos de galinha, às vezes também são precisos e queremos que o senhor presidente da Câmara cumpra materialmente, sabendo que já o está a fazer administrativamente.

Não queremos deixar de sublinhar aquilo que nos motivou desde a primeira hora, o facto de perceber que esta ilha e este concelho atravessam um período muito complicado que tem a ver

com opções externas de governação à escala regional e por vezes fora dela - como já vimos com o PROTA - às quais a governação regional não é alheia.

Entendemos que devemos procurar os pontos de contacto, os objetivos comuns e as propostas construtivas para que não seja devido a um mau trabalho e a uma obstaculização desta oposição ou haja argumentos para que este concelho, que é o motor desta ilha, não consiga evoluir.

Senhor presidente, vou repetir o que lhe disse em anos anteriores: não lhe tem faltado nada. Não lhe faltou o apoio popular e a maioria dos votos destes munícipes, não lhe faltou uma oposição construtiva e colaborante e não lhe faltaram também consensos nos pontos mais importantes para a alavancagem deste concelho a todos os níveis. O que lhe tem faltado é a solidariedade dos seus a nível da governação noutros patamares.

Tudo está nas suas mãos. O facto de o PSD assumir este risco e esta posição política pela terceira vez consecutiva só o responsabiliza e o mandata para trabalhar mais e melhor e faz com que nós, PSD, tenhamos a bagagem para lhe cobrar no fim desta legislatura por tudo o que fizer, deixar de fazer e deixar que outros façam ou deixem de fazer.

Sr. presidente da Câmara – Na sequência desta intervenção, quero aproveitar para agradecer a posição extremamente construtiva com que esta Câmara tem funcionado. De facto, têm surgido da oposição boas propostas e muitas delas têm merecido o acolhimento unânime da Câmara, um trabalho que também quero louvar e agradecer. Percebo a posição do PSD e as dificuldades que estas questões colocam e até conheço uma carta muito interessante sobre esta matéria mas a verdade é que são momentos e decisões difíceis em que as pessoas também têm que se definir. Os senhores têm razão, a vossa postura responsabiliza-me ainda mais pessoalmente e também a esta Câmara, responsabilidade essa que gostosamente aceitamos e queremos dar boas provas disso. Temos feito um trabalho conjunto que deve orgulhar a todos os que nele têm participado, é isso que queremos que continue a acontecer e fico reconhecido pelo voto que os senhores aqui decidirão. Muito obrigado.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Ao longo destes anos temos votado contra o Plano e Orçamento da Câmara, posição que manteremos porque entendemos que a política com que o Partido Socialista se candidatou à Câmara, apresentava medidas muito objetivas e foram aprovadas pela maioria dos eleitores do concelho, ao contrário das alternativas propostas pelo CDS-PP.

O Plano e Orçamento que nos é apresentado tem deixado cair nos últimos anos algumas das bandeiras do Partido Socialista mas isso não significa que mereça a nossa concordância. Já dissemos noutras ocasiões que as medidas boas não precisam de moeda de troca para nada, nem para uma aprovação e, ao serem aprovadas, são-no por mérito próprio.

A Câmara tem reconhecido e aprovado também algumas medidas apresentadas pela oposição como aconteceu no mandato anterior em que fui vereador. No entanto e em relação ao instrumento político - que o é - do Plano e Orçamento da Câmara, o nosso voto será contra pelas razões que aqui foram aduzidas. Quanto ao orçamento dos Serviços Municipalizados, temos apoiado sempre a decisão da Câmara de manter o tarifário ao longo destes anos devido à crise de 2012, apesar de algumas pressões no sentido de o fazer e do sacrifício para as contas municipais. Como é um instrumento que, de alguma forma, sinaliza a política dos SMAH mas condiciona o restante Plano e Orçamento, não votaremos contra mas vamos abster-nos na votação do orçamento dos SMAH.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Quanto ao Plano e às opções políticas para 2020, temos a considerar tratar-se de um orçamento padrão equilibrado que demonstra a seriedade com que o executivo e a Câmara Municipal têm tratado as questões financeiras. É um orçamento contido, sim, mas que segue alguns investimentos importantes e determinantes para o concelho, nomeadamente o investimento no estacionamento no centro da cidade e a obra do mercado municipal que está prevista para breve, o que muito nos apraz. Destacamos também a

conclusão do Centro Interpretativo e a possibilidade de se avançar com a aquisição do equipamento para que o mesmo possa abrir ao público e seja ele próprio também um instrumento de promoção turística para o concelho.

Este orçamento segue a política de protocolos no âmbito de algumas áreas da ação social e na descentralização para as freguesias e segue também a estratégia de colaboração em muitas ações de âmbito cultural e desportivo mediante protocolos de apoio a essas instituições. Acreditamos tratar-se de um orçamento aberto que poderá garantir ao nosso município no próximo ano, o equilíbrio, a estabilidade e a capacidade para crescer.

*Não se registaram mais intervenções. Postos à votação, o **Orçamento da Câmara Municipal e GOP's para 2020 constantes do Ponto 1.6, foram aprovados por maioria com 31 votos a favor (25 do PS, 1 da d. m. independente e 5 do PSD), 6 abstenções do PSD e 2 votos contra do CDS-PP.***

Sr. d. m. Luís Rendeiro (para uma declaração de voto) – Para que fique registado, queria dizer que o PSD, com mais uma viabilização de documentos previsionais da Câmara, sublinha a sua responsabilidade e o seu papel construtivo na abordagem dos problemas do concelho, os que estão sediados cá dentro e aqueles que, na sua grande maioria, são de fora do concelho.

Sublinhamos a urgência da necessidade da convergência de pontos em comum para ultrapassarmos o momento difícil em que vivemos e não deixamos de registar a grande obra anunciada para o concelho de Angra, a construção do mercado Duque de Bragança com um silo automóvel na atual localização, e o abandono definitivo daquele infeliz projeto em forma de pistola encostado às piscinas do INATEL por não fazer qualquer sentido.

O que vai ser iniciado em 2020 é, efetivamente, uma proposta do PSD que foi acolhida em sede de vereação municipal. Espero que a obra se execute rapidamente e não sejam precisos mais dez anos para resolver o problema do mercado municipal porque este é também um dos problemas que tem mais de dez anos.

1.7 - Sistema de Controlo Interno dos Serviços do Município de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão do órgão deliberativo municipal, da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Como comuniquei numa sessão anterior, aconteceu uma situação relacionada com o pagamento indevido de uma cota que levantou um conjunto de questões sobre o nosso sistema de controlo interno e houve, da parte do Tribunal de Contas, uma recomendação no sentido de o aperfeiçoarmos. Assumimos essa recomendação, o que está aqui a ser feito é exatamente a resolução dessa situação e resolvemos introduzir também um conjunto de pequenas alterações sem grande significado que os senhores poderão verificar assinaladas a negrito.

Revemos também uma questão importante que tem a ver com a reformulação desta estrutura de controlo, em particular com as questões das dívidas da água e saneamento, nomeadamente os prazos em que a água é cortada ou se parte para a execução fiscal, e havia uma recomendação da parte da ERSARA no sentido de essas normas serem adequadas à lei dos serviços essenciais. Está-se a proceder a essa adequação e a fazer desaparecer referências a tarifas que já não existem no sentido de modernizar isto e lhe dar uma maior transparência e congruência com o que está legalmente estabelecido quanto aos serviços essenciais, sendo que o fornecimento de água é um deles.

Não se registando mais intervenções e após votação, o documento constante do Ponto 1.7 foi aprovado por unanimidade.

1.8 - Segunda alteração ao Regulamento Municipal de taxas de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Estamos aqui também a propor uma alteração cirúrgica ao regulamento de taxas, alterando apenas dois valores referentes a quiosques e à venda em *roulottes* estacionadas na via pública. Estávamos a cobrar um valor muito baixo por m² que, no caso das *roulottes* era de 3,5 e nos quiosques era de 6,85 euros ao mês. Isto tem levado a uma proliferação das *roulottes* e a algumas queixas por parte de quem tem os seus negócios, algo que a Câmara considera importante visto que, quem paga uma renda de um estabelecimento de porta aberta, tem direito a não ser prejudicado por uma concorrência desleal por parte de estruturas mais simples e aligeiradas mas que acabam por ter também uma fatia importante no mercado.

Face a isso, está-se a propor um aumento de 6,85 para 10 euros mensais por m² do espaço ocupado pelos quiosques e de 3,5 para 7,5 euros por m² no que respeita às *roulottes*. Os valores continuam a ser manifestamente baixos mas, mesmo assim, é uma subida rápida e significativa. Tenho que vos informar que só podemos proceder a estes aumentos uma vez por ano e isto é válido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020. Esta matéria terá que ser necessariamente reanalisada em sede do orçamento do próximo ano face à procura destes espaços.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Concordamos com esta atribuição de um critério de justiça àqueles que têm estabelecimentos não fixos em relação aos que pagam a sua renda e os créditos bancários e tiveram que construir outro tipo de estabelecimentos para poderem ter uma porta aberta. No entanto, a minha questão coloca-se ao nível de todo o concelho desde a Praça Velha até à freguesia mais longínqua, e se as mesmas taxas se vão aplicar pelo mesmo fator concorrencial aos eventos camarários todas as vezes que se montam barracas e quiosques que concorrem com os estabelecimentos comerciais, sobretudo nas épocas festivas em que estes esperam um encaixe financeiro maior e ficam também defraudados nas suas expectativas de venda, nomeadamente aqui à volta da Praça Velha. Gostaria que me esclarecesse este pormenor porque todos sabemos que o diabo é nos pormenores que se esconde.

Sr. presidente da Câmara – Esse pormenor não é bem assim porque não permitimos nestas barraquinhas entidades com fins lucrativos, apenas grupos ou instituições sem fins lucrativos. Tem a ver com o facto de permitirmos o financiamento dessas entidades porque, enquanto sociedade, em vez de termos o trabalho de quem participa, a solução seria um financiamento público, o que não me parece razoável. Esse tipo de concorrência é necessária porque há outros objetivos para além do simples ganho. Do meu ponto de vista, a questão não se coloca em relação a essas outras instituições, dada a tipologia das vendas sem fins lucrativos e os períodos em que decorrem, o que não acontece todos os dias.

O regulamento e as taxas aplicam-se de uma ponta à outra do concelho e tanto faz ter a tasquinha montada nos Portões de S. Pedro como no Rossio dos Altares porque o resultado é o mesmo. Nos casos em que é permitida ali a presença de entidades com fins lucrativos, como por exemplo, a passagem do ano ou as Sanjoaninas, é feita hasta pública, oferece quem quer e paga o que tiver que pagar.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Compreendendo o que disse e percebendo o fim a que se destinam essas atividades que se vão desenvolvendo mas não queria deixar de sublinhar que não é 100% correto tudo o que nos informou porque, até um passado recente, tivemos na Praça Velha atividades de venda de vestuários, peles, etc., que faziam concorrência aberta aos estabelecimentos comerciais. Esta é a assembleia em que a questão se discute e, por muito bons que sejam - e sublinho que são bons - os fins a que estas atividades se destinam nestas épocas festivas para obterem mais algum financiamento por ajuda da população, é também nestas

épocas que estes empresários de cafetaria, restauração e bebidas, mais próximos da Praça Velha com porta aberta o ano inteiro, se veem prejudicados. Para usar um termo popular, não quero vir para aqui «enriçar» mas o apelo que faço é que estas coisas sejam geridas com algum equilíbrio para que, uma boa intenção não acabe por criar danos colaterais porque todos os outros também são munícipes.

Sr. presidente da Câmara – Concordo com o que foi dito. Isto tem que ser feito com a justa medida mas deixo dois esclarecimentos. Quando a Praça Velha está cheia de gente, mesmo com barraquinhas, os restantes estabelecimentos acabam por sair diretamente beneficiados porque nem toda a gente vai às barraquinhas e a animação que trazem à Praça Velha acaba por se espalhar aos estabelecimentos vizinhos e à cidade inteira, razão pela qual, isso também é feito.

Quanto ao infeliz acontecimento de ter havido ali outros tipos de vendas, tal resultou de um acordo que tinha sido feito com a Câmara do Comércio que geria aquelas barraquinhas e permitiu que essas entidades ali estivessem, mas tomámos as necessárias medidas para que não voltasse a acontecer e a questão está ultrapassada. Estou de acordo consigo, não deveria ter acontecido e todos lamentamos o sucedido.

Não se verificaram mais intervenções referentes à proposta constante do Ponto 1.8 que, após votação, foi aprovada por unanimidade.

1.9 - Ofício da SDEA – Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER, solicitando parecer prévio relativamente ao processo de candidatura apresentado pela empresa Tasca das Tias, Lda. relativamente a um projeto de requalificação de dois edifícios em estado degradado na Rua da Esperança, freguesia da Sé, com vista à transformação num empreendimento turístico denominado “Boutique Hotel Teatro”.

O investimento total previsto cifra-se em 2 656 604,39 € (dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quatro euros e trinta e nove cêntimos), sendo por isso enquadrado como projeto de investimento relevante nos termos do artigo 2.º n.º 1 do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2014/A de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2015/A de 23 de junho, conjugado com o n.º 3 do artigo 35.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2019/A de 7 de janeiro.

É proposta a concessão dos seguintes benefícios fiscais nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2014/A de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2015/A de 23 de junho:

a) Isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por um período de dez anos aos prédios utilizados pelo promotor na atividade desenvolvida no âmbito do projeto.

b) Isenção total do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) relativamente aos imóveis adquiridos pelo promotor, destinados ao exercício da sua atividade no âmbito do projeto.

Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Da parte da Câmara, concordamos que sejam atribuídos esses benefícios, até porque já aconteceu no passado em relação a empreendimentos similares. É uma política que entendemos como útil e se deve manter sempre que os investimentos em causa satisfaçam os requisitos que a SDEA aí comunica.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Este é mais um exemplo de um investimento no setor turístico. Tendo em conta as preocupações transversais a todos os pontos desta Assembleia e o facto de não constar no enquadramento económico dos documentos previsionais da Câmara, nenhuma

referência à situação catastrófica em que vive o turismo da Terceira e do concelho devido à redução do número de turistas, eis que concedemos - e bem - mais um conjunto de incentivos a um empreendimento turístico. É preciso que estes investimentos floresçam com turistas porque, de nada servem vazios, e qualquer dia começamos a ter problemas com outros hotéis por falta de ocupação. Já nos basta o eventual fecho do hotel da Marina, até por queixa em tribunal, um tema que me é particularmente delicado.

Sra. d. m. Isabel Barbereia – Este é um investimento importante por se situar no centro histórico da cidade. Será, decerto, um hotel diferenciador que trará qualidade e requinte em termos de oferta e criará novos postos de trabalho. Muito nos agrada que haja empresários na nossa cidade com entusiasmo e capacidade para avançar com projetos desta natureza.

O ofício constante do Ponto 1.9 foi aprovado por unanimidade.

1.10 - Pedido de autorização à Assembleia Municipal, tendo em vista a assunção de compromisso plurianual destinado a apoiar a realização da obra de reconstrução da Igreja das Concecionistas pelo valor de 1 434 865,91 € (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e noventa e um cêntimos) nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro. Para revogação da deliberação do órgão deliberativo n.º 31/2019/AMAH de 14 de junho e nova aprovação.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Informo que desta vez não vou pedir para me ausentar da sala por se tratar de uma revisão desta proposta e não vejo necessidade de tal preciosismo.

O pedido de autorização constante do Ponto 1.10 foi aprovado por unanimidade.

1.11 - Plano de Atividades e Orçamento para 2020 da TERAMB, EM. Para aprovação do órgão deliberativo da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Sr. presidente da Câmara – Sugiro ao senhor presidente da Mesa que consideremos os próximos quatro pontos em conjunto por serem essencialmente a mesma coisa.

Sr. presidente da Mesa – Estou de acordo com a metodologia, até porque os Ponto 1.13 e 1.14 são apenas para conhecimento e depois votaremos em separado os Pontos 1.11 e 1.12.

Sr. presidente da Câmara – O tarifário da TERAMB para 2020 será igual ao de 2019, o contrato também é o mesmo e o plano de atividades dá continuidade ao que está a ser feito. As contas vêm confirmar o bom andamento do ano 2019 que fecharemos com resultados positivos, o que nos deixa manifestamente satisfeitos, e aconteceram na ilha de S. Miguel alguns desenvolvimentos que poderão vir a ter um impacto positivo na TERAMB.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – O senhor presidente da Câmara tem a tendência para achar que toda a gente já conhece as respostas porque não diz o que tem que ser dito para ficar registado na ata da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Toda a gente já sabe tudo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Não sabe, senhor presidente. O eventual abandono da construção de uma central de valorização energética de resíduos na ilha de S. Miguel levará à existência de apenas uma incineradora nos Açores, a da ilha Terceira, que não terá capacidade para receber e transformar todos os resíduos produzidos na região, sendo necessárias duas outras unidades, uma em S. Miguel e outra na nossa ilha para tratamentos mecânicos e biológicos de resíduos para que se produzam os CDR's (Combustíveis Derivados de Resíduos), lixos tratados e com boa capacidade energética para serem queimados na incineradora, o que pressupõe um financiamento comunitário que ainda não está definido. Terá que ser feita uma reavaliação

muito grande caso a aposta do trabalho da incineradora incida na queima de CDR's, um dos seus propósitos iniciais que era a mineração e a resolução do passivo ambiental sem poder calorífero que danifica a incineradora devido às pedras, metais e outros objetos, além de provocar um aumento do consumo de combustível.

À semelhança de Roma e Pavia, nada disto se faz num só dia, por isso gostaria que o senhor presidente nos desse uma previsão temporal, outra de esforço financeiro e ainda do que vai acontecer no campo, esperando que as coisas não demorem dez anos a bem da sustentabilidade ambiental e da eficiência do que se faz no tratamento de lixo da ilha Terceira que passa a ser o tratamento de lixo dos Açores.

Peço ainda ao senhor presidente da Câmara ou à senhora vereadora Raquel Ferreira que nos informem do estado das medições e dos controlos feitos quanto à eventual poluição atmosférica causada pela queima de resíduos e se existem dados comparativos a outras queimas desde a Central Termoelétrica até à combustão das máquinas dos navios de grande dimensão como um navio de cruzeiros que, eventualmente atraque aqui, porque é importante que a população tenha acesso aos dados comparativos de tudo o que são queimas que aqui se façam. A sustentabilidade ambiental é também uma das nossas imagens de marca e não pode dissociar-se de nada do que estamos aqui a discutir.

Sr. presidente da Câmara – É manifestamente prematuro fazer qualquer tipo de pronunciamento relativamente ao que se vai passar em S. Miguel porque a questão depende de um conjunto de fatores que, obviamente, não controlamos. Nada disto está decidido e apenas se sabe do que foi tornado público, ou seja, houve uma rejeição do processo por parte do tribunal e uma decisão da AMISM (Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel) de não recorrer e ainda há a possibilidade de recurso por parte da empresa mas não sei se o fez. Só saberemos que rumo as coisas seguirão depois de conhecermos todos esses factos e creio que, numa das próximas sessões desta Assembleia, estaremos em condições de trazer respostas concretas sobre estas questões.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Estamos mais ou menos carecas de saber o que vai acontecer.

Sr. presidente da Câmara – Estou careca mas deve-se a questões hormonais, por isso não lhe posso responder. A poluição atmosférica não deve ser um problema porque vivemos em ilhas e as leis da física dizem que, se as emissões existissem, não afetariam a nossa ilha porque iriam parar a muitas dezenas de quilómetros de distância no meio do mar. As nossas emissões estão bem e recomendam-se e esse não é propriamente um problema que nos deva preocupar, embora temos que ter cuidado com estas questões que são globais.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – As emissões são controladas ao minuto em alguns parâmetros, noutros o espaço de tempo é maior e existe um registo diário que é depois enviado para conhecimento à Direção Regional do Ambiente. Posso informar que cumprimos com tudo o que está previsto na legislação europeia que irá sofrer algumas alterações mas estamos a trabalhar no sentido de vermos o que será necessário adaptar e já reunimos com a DRA nesse sentido. Embora eu não tenha conhecimento, provavelmente haverá dados comparativos com outras queimas ou agentes poluidores, o que terá sido feito nos estudos de impacto ambiental.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Plano de Atividades e Orçamento da TERAMB, EM para 2020 constante do Ponto 1.11, foi aprovado por maioria com 31 votos a favor, (25 do PS, 1 da d. m. independente e 5 do PSD) e 6 abstenções (5 do PSD e 1 do CDS-PP).

1.12 - Contrato programa entre os municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória e a TERAMB, EM destinado ao ano de 2020. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

O Contrato programa constante do Ponto 1.12 foi aprovado por maioria com 32 votos a favor (21 do PS, 1 da d. m. independente, 5 do PSD e 1 do CDS-PP) e 5 abstenções do PSD.

1.13 - Tarifário da TERAMB, EM destinado ao ano de 2020. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.14 - Relatório de contas do segundo trimestre da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

1.15 - Tarifário dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo destinado ao ano de 2020. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do tarifário dos SMAH constante do Ponto 1.15 que fora considerado e discutido em conjunto com o Ponto 1.4.

1.16 - Comunicação dos Serviços Municipalizados respeitante ao compromisso plurianual, tendo em vista a aquisição de serviços de assistência técnica e manutenção - consultoria eletrónica dos PT'S. Para conhecimento do órgão deliberativo.

1.17 - Comunicação dos Serviços Municipalizados respeitante ao compromisso plurianual, tendo em vista a aquisição de serviços de manutenção e assistência técnica do Sistema de Gestão do LMAH. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Estes dois contratos são válidos por três anos para manutenção dos PT's e assistência técnica que temos afeta aos Serviços Municipalizados e também para manutenção e assistência ao laboratório ali junto à ETAR.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos referentes aos Pontos 1.16 e 1.17.

1.18 - Relatórios de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal relativos aos anos de 2017 e 2018. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de dar cumprimento à lei de prevenção da corrupção e infrações conexas que diz que os organismos públicos devem, de dois em dois anos, dar conhecimento das medidas tomadas nessa matéria. Estamos a apresentar os relatórios referentes aos diversos serviços da Câmara Municipal e estão em falta os relatórios dos Serviços Municipalizados que não ficaram prontos atempadamente e serão presentes à próxima Assembleia. Tomaram-se as medidas que a lei prevê, creio que esta matéria está devidamente acautelada e não detetámos nada que mereça ser registado.

Não se registando mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos relatórios constantes do Ponto 1.18.

A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Agradeço às senhoras e aos senhores deputados, ao senhor presidente da Câmara e à respetiva vereação, toda a colaboração para que os trabalhos decorressem a bom ritmo, lembrando que podemos dizer sem hesitações que este dia 25 de novembro marca o reinício da liberdade em Portugal. Desejo a todos vós um bom Natal e um feliz ano novo.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 13h00m do dia 25 de novembro de 2019, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

Tânia Gil da Rocha Lemos